

JAIME FERREIRA

OUTROS HOMENS,

OUTRAS VIDAS

Reportagens que retratam
uma época, sentidas e
escritas com verdade e
emoção : : : : : : : : :



4.3-9 Ferreira,

EDITÔRA EDUCAÇÃO NACIONAL, L.DA
Rua do Almada, 125 ————— PÓRTO

Mo "velho" e querido
Colega e Amigo
Antônio Silveira
espírito culto e de honesta irreverencia
com opreccio
com um abraço
Jaime Ferreira

11 agosto 1942

OUTROS HOMENS,
OUTRAS VIDAS



0415

— COMPOSTO E IMPRESSO NA —
TIP. E ENC. ALBERTO DE OLIVEIRA, L.DA
TRAVESSA DE CEDOFEITA, 48 — PÔRTO

JAIME FERREIRA

C. M. B.
BIBLIOTECA

OUTROS HOMENS, OUTRAS VIDAS



1942

EDITÔRA EDUCAÇÃO NACIONAL, L.DA
Rua do Almada, 125 ————— Pôrto

6 Botânia
Porto

DO AUTOR :

Entre Castelos e Quinas (*Subsídios para a História*)
escrito de colaboração com o sr. Conde de Alvelos.

A figura moral e política do sr. dr. Trigo de Negreiros (estudo biográfico).

Outros homens, outras vidas (Reportagens que retratam uma época).

A PUBLICAR :

A falsa espia (Um drama de guerra).

A Poesia e a sua influência no espírito de Rosália Castro (Conferência).

HOMENAGEM
À MEMÓRIA DE:

Prof. Bento Carqueja

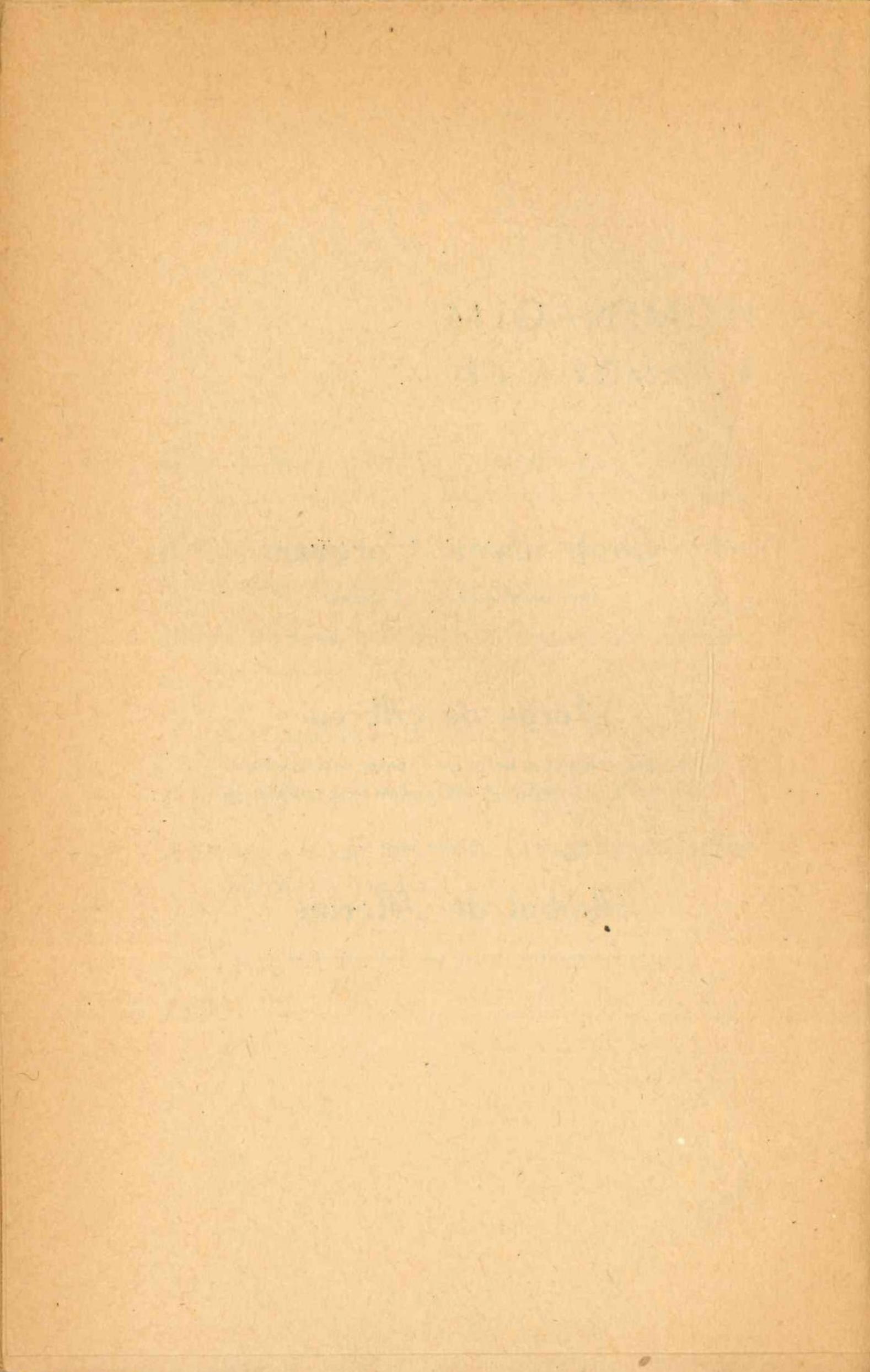
(meu saudoso Director e Mestre)

Jorge de Abreu

(de quem recebi o estímulo para vencer as dificuldades
que impediam a minha entrada no jornalismo profissional)

Aníbal de Moraes

(espírito interessante de Homem inteligente e bondoso)



Outros homens, outras vidas, é um feixe de reportagens que vivi e escrevi em escassos dias. São pedaços da minha alma, bocados da minha sensibilidade, fragmentos da minha vida absorvente de jornalista. Embora pincelados com leve subjectivismo, os homens e os casos apresentados nestas reportagens são autênticos, reais, objectivos...

É freqüente verem-se nos jornais relatos de homenagens a indivíduos que nunca deram um centavo a um pobre e que receberam o título honorífico de beneméritos; que não pagam aos credores e que são conhecidos por honrados comerciantes; que vivem amancebados e a quem chamam exemplares chefes de família; que escorraçam os filhos por discordarem das suas ideias políticas e a quem apelidam de homens de coração. No entanto, as páginas que deixo aqui, em volume, não sofrem dêsse

mal contagioso, porque, embora amoldando-me a conveniências de ordem diversa, impostas pela fôrça das circunstâncias, consegui ser um tanto ou quanto independente, escrevendo, apenas, o que não comprometesse a minha maneira de ser nem a minha dignidade profissional.

*É bem verdade que, «quem pretender endireitar o mundo, morrerá no Calvário»; mas, pelo desassombro de certas afirmações, **Outros homens, outras vidas** agrada ao meu espírito, merecendo, também, a vossa atenção.*

J. F.

Uma noite no mar

à pesca da sardinha

Fustigados pelo temporal, os pescadores, num esforço heróico mas ignorado do grande público, levam a bom termo os menores detalhes da faina, se a força dos elementos os não derrota e se pulta nas águas agitadas e frias do Oceano, quando o cavername range em luta desesperada.

GOTAS finas, mas pesadas e frias, embrulham a cidade em manto de água, imprimindo-lhe aspecto enervante, triste, desolador.

Desde as primeiras horas da manhã que a chuva não cessa de cair, encharcando tudo e todos, apoquentadoramente, arreliadoramente.

O Inverno é assim. Enfastia nas cidades como o Verão, mas como o Verão tem seus motivos de encanto nos centros próprios onde estão comercializadas e industrializadas as estações do Ano.

A meio da tarde ainda chove. Sempre o mesmo aspecto, sempre a mesma cadência na queda das toalhas líquidas... e no estuário artificial de Leixões baloiça-se a embarcação que deve conduzir-me mar fora, à vista da costa, para a pesca da sardinha.

O Verão é, incontestavelmente, mais propício à beleza atractiva de uma noite no mar — mas com noite clara, céu limpo e luar a ribaltar com fosforescências as águas traquinamente bailadoras do Oceano, não se distinguem os cardumes de sardinha que os mestres, em sentinelas na prôa das traineiras, procuram a emergir das águas.

Pescar de dia é banal.

Pescar de noite, sim: é sugestivo, arriscado, audacioso, especialmente quando chove e venta, forçando o cavername das embarcações a ranger, a torcer-se à dor infligida pela luta aberta com as intempéries que em horas de fatalismo aniquilam esforços, desmantelam cascos, rasgam rôdes, esmagam máquinas e ceifam homens, roubando às *companhas* vidas preciosas. Sempre persistente, a chuva impiedosa não deixa de cair. A tarde está quási no Ocaso e a noite prematura abafa com projecções negras a Terra e o Mar, diluindo-se à distinção visual o contorno das casas, da costa, das embarcações: umas e outras coisas assinaladas, únicamente, por pontos luminosos, minúsculos, imperceptíveis, integrados no mistério do indecifrável.

Para os meus olhos é noite, e Leixões, onde chego após demorada viagem — os eléctricos andam pouco, santo Deus! — mete-me medo, assusta-me, com fragoroso rugido, que é a cantilena trágica da água a espumar de encontro às rochas, cedendo ao impulso violento de aceleradas correntes atmosféricas.

A vida do pescador é árdua. Quando sai de casa, o Lôbo do Mar não sabe se regressa, e nesta noite, o jornalista, como o pescador, quis ser herói, afrontar o perigo e fazer-se ao mar sem temer o enjôo.

* * *

Já a bordo há meia hora, distingo, com auxílio da lâmpada de bôlso, os barcos pequenos e frágeis a transportar para as traineiras magotes de homens agasalhados com camisolas de lã, grossas, côres mescladas com o predomínio do verde e do azul. Em todos os rostos a mesma certeza, a mesma confiança, o mesmo optimismo, e todos êles, sem excepção, conduzindo cestos, malas e baús com a ceia que há-de ser mastigada com borrifos salgados da água do mar, que de quando em quando salpica as traineiras da prôa à pôpa e de bombordo a estibordo.

As máquinas da *Boa Esperança* trabalham com lentidão. O maquinista está a postos. Os fogueiros cuidam da bôca infernal, rubra de fogo, que engole pazadas de carvão para crescente aumento da fôrça-vapor.

A traineira da Emprêsa de Pescaria do Douro, L.^{da}, como quâsi tôdas as outras que ousadamente se fazem ao mar esta noite, encarando o temporal que se desenha, já se move. Na casa do leme, com a responsabilidade de mestre, António Fernandes Caseiro, homem alto, cara avermelhada, gordo, repas a provocar a testa, encosta os lábios ao porta-voz e grita:

- Prepara lá isso!
- Está pronto — responde o maquinista.
- Então «vira o ferro».

E a *Boa Esperança*, desancorada, cede mais ao impulso das vagas até que nova ordem se faz ouvir:

— Àvante... devagar...

A traineira desliza, lentamente, dá voltas a obedecer à roda do leme, toma a direcção da entrada da barra e aumenta a velocidade, após a indicação transmitida ao maquinista: «mais fôrça»!

Vamos em direcção a Espinho, Aveiro, Figueira da Foz. Vamos onde fôr preciso. A tôda a fôrça, rumada a Sul-sudoeste, a traineira que me conduz passa em frente das praias da Costa das Flores, denunciadas com manchas de luz assemelhadas a rescaldo de dantesco inferno. Miramar... Aguda... Granja... Espinho... Tudo fica para trás. O vento assobia terror. A água da chuva e os estoques das vagas, molham os «seis de quarto», e o mestre, entregando o comando ao imediado (contra-mestre), perscruta as águas para dar sinal de *barrias* à *companha*, adormecida nos *beliches*, ou reunida, a comer e a jogar, na *bodega*.

Os 120 cavalos-motor fazem trepidar, incessantemente, a «casa flutuante» que guarda 43 vidas. O vento e o mar batem de todos os lados. Somos atacados pelo temporal. Os mais fracos de estômago ressentem-se.

O amigo João Recarei, que, impregnado de preocupante palidez acompanhava há mais de duas horas os meus passos, cumulando-me de

atenções, desapareceu. Refugiou-se na casa das máquinas para aquecer o corpo, secar as roupas... e talvez aliviar o estômago sem que eu o pressentisse...

Os *companheiros* dormem. Na *bodega* são poucos os homens que conversam e riem. O *Paquete*, o *Navarra*, o *Zé Ceguinho*, entretêm-se a brincar com a cadela de bordo.

— Como se chama — inquiri.

— A cadela, meu senhor, chama-se *mentirosa*!

— *Mentirosa*?

— Sim — responde o *Bigode Assanhado* em voz cantarolada, enquanto o *Tremidinho* esclarece, lesto: «A cadela nunca mentiu! Chamamos-lhe assim por ter os dentes *ralos*»...

— E o gato? ¿O senhor *reporter* já o viu?

É, atencioso, como se isso pudesse ter grande interesse, o *Mil-Homens* levanta-se e vai à casa das máquinas arrancá-lo ao agasalho da caldeira e às carícias do *Estica*, trazendo-o ao colo. Malhado de preto e branco, de idade liliputiana, roça-se pelas pernas dos pescadores ronronando mimalhices como qualquer gato doméstico que come à mesa dos donos e dorme aos pés da cama das criadas. O *Batata* chama-lhe pequenino, os restantes também, e o gato, que das sardinhas apenas come as cabeças, quando lhas dão, é, no dizer do *Yó-Yó*, um bom «companheiro» para o trabalho da escocha...

* * *

O mau tempo continua. O mar é muito — como dizem os pescadores. O rumo é alterado. Afastámo-nos da costa. Penetrámos na massa líquida, mais para o Sul.

Recordo as lendas cristãs e as lendas célticas das «ilhas misteriosas»; prevejo a «ilha dos castigos». O mar, nesta noite, assusta, parecendo que algumas milhas adiante se levantarão estátuas encantadas, das lendas árabes, a imporem com gestos, silenciosas, o retorno ao ponto de partida. Mas não. O vento amainou e uma aberta deu ao mar serenidade relativa, como se a esfíngica figura do Adamastor que o Épico cantou, tivesse fugido ao convívio da fauna marinha, postando-se, gigantesca, entre a tinta azul da água e o espaço imedível que vai até ao céu, a segurar, forte, os elementos, para a *Boa Esperança* passar a salvo.

Bateiras nem uma, e das poucas traineiras que se fizeram ao mar, aparecem, tenuemente visíveis, luzinhas a tremeluzir, ao longe. Idêntica à faixa que o bater da hélice deixa para trás, destaca-se à prôa, para bombordo, uma esteira prateada que contrasta na negrura como foco de luz. São cardumes de sardinha.

O mestre dá o alarme; corre à casa do leme; transmite ordens: «devagar, boliar, pára».

Quatro dos homens de «quarto» preparam

as rêdes. Os dois restantes — o *Revólver* e o *Cascarras* — espreitam o porão dos *beliches* e da *bodega*, gritando:

— Leva acima... com Deus.

— O que quere dizer?

— É o sinal de haver peixe; é avisar de que «faz arda».

Como movido por um botão eléctrico, automatizados, as três dezenas e pouco de pescadores apareceram à vista de água, ocupando os seus postos ao longo da borda da traineira.

— Lança chalandra! — grita o mestre a plenos pulmões. Entrem três: os solteiros.

Do lado, o sr. João Recarei segreda-me: «Como é perigoso o lugar na chalandra, ocupam-na sempre os mais novos e solteiros. Se morrerem, farão menos falta».

— Amarra de-pressa à popa; anda, bruto... não ouves...

O mestre tem que ser experimentado piloto e óptimo pescador. Vigia tudo. Corrige manobras. Ordena movimentos.

A chuva encharca até aos ossos, mas não impede os trabalhos. O mestre grita:

— Prontos à rête?

E acrescenta:

— Bota ao mar, com a ajuda de Deus.

Uma ponta da rête — o cabo do calão — fica amarrada à chalandra, que, desligada da traineira, procura a imobilidade. A outra ponta, com a

retinida, fica presa à traíneira, que navega agora, a desenhar circunferência de 350 metros pouco mais ou menos, até fechar círculo aos cardumes.

As mãos e o guincho trabalham de novo. A *retinida* faz gemer a *patesca*, e o cabo que atravessa as argolas ao fundo fecha a rête como se fôra um saco de café. A sardinha apanhada no cérco ficou sentenciada, e os da «companha», em atitudes que lembram quadros de Rubens, Decamps, Giordano, Crayer, Cartallier ou gessos, bronzes e mármores que Carpeaux, Frison, Duret ou Cumberworth trabalharam, puxam as rês, distendendo os músculos e contorcendo as faces afim de vazarem sardinhas para dentro da traíneira. Cada vez que a rête é lançada ao mar tanto pode vir uma tonelada de peixe como não vir nada, mas, nas tentativas a que assisto, a «companha» é feliz.

Recolhida a rête, os pescadores com os *chalabares* (arco de ferro com rête em forma de saco usado pelos entomologistas) apanham as sardinhas, depositando-as nos tanques, onde lavram protestos que se apercebem pelo saltar desesperado, na agonia da morte, ao respirarem oxigénio. Tanto saltam, que grande quantidade de sardinhas se perde, caindo outra vez ao mar.

* * *

São três horas da madrugada. A chuva ainda não parou e o vento aumenta de veloci-

dade. A ponderação do mestre entende que a *Boa Esperança* se deve fazer a Leixões, e nós, esperançados no desembarque a salvamento, meditamos no esforço sobrehumano dos pescadores, por quem as famílias rezam em casa nas noites de temporal. Todos os anos o mar engole e sepulta muitas vidas de pescadores, que, ao pressentirem chegar-lhes o fim, olham o Céu e pedem protecção divina. São religiosos os homens do mar.

Na faixa extensa da costa portuguesa levantam-se igrejas, capelas, santuários, memórias... e nos armários das sacristias, ou a ornamentar paredes, há milhares de *ex-votos* atestando a indesmentível fé d'estes homens bons.

As máquinas roncam. De vez em quando, a sereia dá sinal de vida. A marcha a toda a fôrça não rende o normal de dia ou noite serena e calma.

Manuel da Silva Freitas, Abel Pinto Coelho e João Tavares lembram-me a ceia que o bom amigo sr. Manuel Recarei mandou para bordo. Cômo com apetite e bebo aguardente para aquecer, ludibriando o sono e o cansaço. Passamos em frente a Espinho. Nas restantes praias já não se vê luz. Talvez a neblina a abafasse. Para trás ficam traineiras — poucas, muito poucas se atreveram a ir ao mar — e, quando chegámos a Leixões, madrugada alta, o farol da Boa Nova em giradouro incessante e as luzinhas verde

e vermelho de um e outro lado do paredão, ajudaram a entrada na bacia antes que a aurora nos cumprimentasse, dando os bons dias.

A chegada era, para o *reporter*, a paz — não a Paz simbolizada na pomba que regressou à Arca de Noé com o ramo de oliveira no bico, mas a paz do espírito perdida durante a noite em que um corvo não regressou, como quando o dilúvio marcava seu fim com a paragem da Arca nas montanhas do Ararat. Quando amanheceu, fez-se o desembarque. Não enjoei mas cheguei a terra pálido e gelado...

* * *

A praia do peixe, em Matozinhos, é um mar de gente. Há de tudo: homens e mulheres; bem vestidos e mal vestidos.

Aqui é que se vende, e, enquanto a «companha» lava com mangueiradas de água a sardinha, enche os cabazes e põe o pescado em terra, as capatazes de cada traineira vão gritando:

— Sardinha viva, barata!

— Ouçam aqui! A minha é da graúda!

— Quem compra; quem compra a boa sardinha!

A venda faz-se por cada dois cabazes que tanto podem comportar dois centos como dois milheiros — depende do tamanho. E o preço tanto pode ser quatro escudos como trinta ou trinta e cinco — depende da abundância.

- Sardinha viva, barata !
- Ouçam aqui ! A minha é da graúda !
- Quem compra ; quem compra a boa sardinha !

Os pretendentes vão dando lanços como em leilão vulgar de objectos em segunda mão, e, quando o pescado é muito, a procura pequena e o preço baixo, algumas leiloadoras insultam :

— Ó suas estas... ó suas aquelas... ó peixeiras do Pôrto... ó vendedeiras do diabo... então isto não vale nada...

... E por mais alto ou mais baixo preço, o monte de cabazes vai desaparecendo da praia, comprado por arrematadores das fábricas de conservas, por vendedeiras ambulantes e por homens das caminhetas que, como raios infernais, voam estrada fora, velocidade louca, atropelando, esbarrando carros, semeando a morte, para serem os primeiros a chegar às aldeias mais recônditas nos vales ou construídas no píncaro das mais altas serranias. Os centros piscatórios de Lordelo e Afurada tendem a desaparecer. Quasi todos os armadores mandam seus barcos a Leixões, visto ser êsse o porto onde afluem mais compradores. Terminada a descarga e a venda... a praia é «varrida». Actualmente, há 80 traineiras na capital do Norte (Ouro, Afurada e Matozinhos ou Leixões) que empregam, aproximadamente, três mil pescadores, sustento de outras tantas famílias, não tendo em conta o número

apreciável, elevadíssimo, de famílias que vivem da venda e da fabricação das conservas.

À cabeça de tôdas as estatísticas trimensais do Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha, a capital do Norte aparece como mais importante centro de vendas. A safra é de Junho a Fevereiro, mas os melhores meses são, quási sempre, Setenibro, Outubro, Novembro e Dezembro — antes do luar.

O tamanho das rôdes empregadas na pesca por armadores de traineiras era livre, mas, para o pescado ser em menor quantidade (¹), entrou em vigor uma disposição que limita as suas dimensões: 150 braças de comprido por 50 de alto. Há sempre quem fuja à vigilância — disse-me um amigo — aumentando, a bordo, o tamanho da rôde. O melhor, para salvar a «crise da abundância», era algumas traineiras não irem ao mar ou serem vendidas para zonas de pesca do Sul, onde os navios-motor escasseiam. O rendimento para o Grémio, «Casa dos Pescadores» e Alfândega é pago no acto do desembarque e venda, sobrecregando os armadores em quási 12 por cento sobre o valor total da sardinha. Os pescadores ganham em regime societário com os proprietários das traineiras. Depois de pagas as despesas de cada 10 dias de pesca, incluindo 350\$00 da caldeirada, importância fixa aos «camaradas» de cada vez que vão à pesca

(1) Esta disposição foi tomada antes da guerra actual.

e quando o pescado é de superior valor, metade dos lucros são pertença da Emprêsa. O restante, dividido em partes iguais, é assim distribuído: duas partes a favor do vapor, para depreciação de material; seis partes para o mestre; uma parte para o gerente da Emprêsa; uma parte morta, para dividir, no final da safra, pelos componentes da *companha*; e uma parte para cada um dos pescadores.

Aqui ficam, em resumo, as impressões de uma noite invernosa, de temporal, no mar, à pesca da sardinha — impressões demonstrativas do valor dos sacrificados pescadores, que às vezes morrem «à procura de viver» e que são, indiscutivelmente, além de heróis humildes e ignorados, importantes esteios ao serviço da Economia Nacional.

5

U m a n o i t e c o m varredores da rua

Leves traços impressionistas sobre a vida dos que, modestamente, trabalham a bem da limpeza e da sanidade públicas, removendo em cada dia cem toneladas de lixo.

T

ODAS as profissões são úteis, devendo merecer-nos idêntica consideração os trabalhadores das diferentes actividades, quer pertençam a categoria elevada ou média, quer estejam ligados a categoria que se nos apresente como das mais inferiores. Há profissionais desta ou daquela arte por tendência especial, por vocação, e há-os, também, por hereditariedade, por fortuna ou por azar... que bafeja ou tenta...

Entre as profissões mais humildes destaca-se a dos varredores. Homens que a sociedade trata quase como entes desprezíveis e que são, afinal, tão úteis às populações! O que seriam a limpeza e a sanidade públicas sem êsses obreiros modestos que vivem identificados com a vassoura, na peregrinação contínua de *via-sacra* dolorosa, a limpar o que outros mais bem vestidos e de hábitos mais cuidados, sujam com ou sem propósito?

A principal função do varredor é exercida de noite, quando a cidade dorme e sonha um sonho de ilusões. Fecham-se os cafés, reduz-se a luz das ruas, recolhem-se os «eléctricos», diminue o movimento de transeuntes, até quase se extinguir, e os *escrivões* ou *almeidinhas* (há

quem os apelide de uma ou outra coisa), principiam, então, o seu fadário, ganhando, num paradoxo de designação, o dia durante a noite, engolindo a golfadas largas, no Verão, nuvens de poeira de herpético impregnamento ou encharcando as carnes até aos ossos, nas noites invernosas, com bátegas de água a fustigarem, diluviana e engrunhidamente, a cidade.

No trabalho nocturno há um tanto ou quanto de curioso, sugestivo, sem que o adivinhem as poucas pessoas que, nas habituais horas de descanso, cruzam as ruas, olhando, indiferentes, para alguns desses trezentos homens entregues ao brandimento das vassouras. Como tôdas as actividades têm história, auscultei a vida do varredor no tempo escasso de uma madrugada, e aqui ficam, a traços largos, impressões leves, superficiais, mas fiéis ao colorido natural do meio ambiente que me envolveu.

* * *

É meia hora da noite. Percorro as ruas. E Para onde vou? Não sei. Andarei sempre, sempre, até os encontrar. A chuva parece querer impedir-me. No entanto sigo alheio à água, ao vento, ao frio, às dificuldades. Chego à Praça do Marquês de Pombal. Parcelas de chuva fragmentam-se em protestos de sonora cadência, ao baterem contra os alizares. E os varredo-

res? Ah, os varredores estão ali... Distinguo-os agora melhor com o auxílio dos faróis do auto que se aproxima. Confundidos com a parede, lá estão em bicha, perfilados militarmente: a disciplina é rigorosa. À frente, óculos embaciados, gola a abafar o pescoço, chapéu tombado sobre os olhos, o fiscal socorre-se com a luz do candieiro esquinal. Na mão, um papel e, a sair da boca, um rosário de nomes recortado, automaticamente, de instantes a instantes, com a palavra «presente»: é a chamada.

Vai começar o trabalho, fácil mas pesado, duro, violento, e, em muitos outros locais, idênticas chamadas se efectuam. É uma hora, e, quando a luz da manhã rasgar o véu da madrugada decadente, a cidade deve apresentar-se com a «cara» barbeada e os «pés» lavados.

* * *

Cada homem, com a vassoura ou com o carincho, toma a sua posição. O trabalho obedece a método estudado, fazendo os grupos batidas às suas áreas, dum modo sempre igual. De-repente pode surgir um fiscal de zona, de bairro, ou o encarregado geral e o castigo caírá, impiedoso, brutal, a doer nas algibeiras e na fôlha de serviços, se se notar desleixo, rebeldia, indisciplina.

A comandar um grupo, destaca-se um ve-

lhote, varredor de primeira, que me atende, ouve-me e, depois de sobrestar e medir-me de alto a baixo com os olhos, sorri e responde:

— Sim, senhor... Já cá ando há muito! — Quantos anos tenho? Setenta de idade e cinqüenta de serviço. — Como se pode passar meio século na andança de limpar o que nunca deixará de estar sujo!

— Fuma? Pegue um cigarro — é dos bons.

— ...? — Como me chamo? Manuel Fernandes. — O que vi? Ah, meu senhor, eu sei lá o que vi... Tenho na minha memória a história cá da terra. Revoluções vi não sei quantas... No 31 de Janeiro andava de serviço no Campo. Era novo e gostava de novidades... Mas, quando a coisa pareceu séria, larguei em desfilada à procura de sossêgo. — Como eu me lembro! Depois desta vi mais, muitas mais revoluções. Observei os efeitos das maldades dos carbonários e varri — tantas vezes! — a entulheira sangrada das paredes abaladas com o deflagrar da dinamite. — Má época essa, em que andávamos sempre com o *credo* na boca!... E, no 3 de Fevereiro, mobilizaram-me e substituíram-me a vassoura pela picaleta... para abrir trincheiras... lá em baixo... na Batalha...

Manuel Fernandes inspira simpatia. Conta cenas de pancadaria com bêbedos, com malcriados; recorda os mais célebres colegas da sua

arte; historia a odisseia do *Lamparina* que, de varredor, chegou a «senhor grande», para acabar na cadeia por causa do tesouro que *achou*, não se sabe como. Fala de reis, de ministros, de presidentes. Evoca as figuras de celebridade das artes, das letras, da história, das ciências.

— ¿E da boémia do Pôrto Vélho? ¡Sei tanta coisa disso! Mas o que nunca esquecerei é aquele fidalgote sempre a cair de bêbedo, que eu levava a casa tôdas as madrugadas dentro do carrinho.

E comentou:

— Era bom homem. Reinava, mas pagava. Muitos tostões recebi!...

* * *

As horas avançam e a chuva cai sem piedade. Ao pretender retirar-me, chega um carro da fiscalização. O jornalista não pode fugir. Acabou o incógnito, porque os srs. João Monteiro e Teixeira Dias acercam-se de mim e dispõem-se a acompanhar-me.

Dou uma volta pela cidade. Na maior parte dos sítios, os homens estão abrigados da chuva. Nas Areias, em Azevedo, o grupo recolheu-se no pôsto fiscal. Ao entrarmos, êles perfilam-se e, após trílogo esclarecedor, os homens, em desfiada de apelidos, foram respondendo: *Baguinhas, Assalta Quintais, Cabrito, Lenço Vermelho, Menino do Côro...*

— ¿O chefe do grupo? ¡Sou eu! Tenho 79 anos e chamo-me José dos Reis, mas não sei nada, não posso dizer-lhe nada. Sou um zero...

— ¡Não tenha receio! É para reportagem. ¡Não lhe sucederá mal!

— ¡Seja como fôr!

E olhando por baixo das sobrancelhas, com tanto de ronha como de idade:

— Eu, hoje, não estou disposto. Não posso falar...

Era quâsi de manhã. Retirei-me com os meus acompanhadores, enquanto alguém dizia: «¡Andem rapazes! ¡Vão o *Sardinha* e o *Tesinh*o pela beira da estrada, a ver se aparece animal morto ou algum «cinzeiro». ¡Vá! ¡Andem! ¡Mexam-se!

* * *

É fantástico o que o Pôrto deita fôr — o que parece desprezível. Aquilo que qualquer pagaria para lhe retirarem de casa vale muito dinheiro, muito, e é ganha-pão para centenas de famílias. Tesouros completos têm desaparecido entre montões de lixo. Um papel que a criada considera inútil, um objecto de ouro que se perdeu, e o lixo em si, que a Câmara vende, são coisas de cotada valia a pesar nos orçamentos. O lixo que os varredores juntaram no ano findo ⁽¹⁾ e que

(1) Estatísticas de 1940.

os carros automóveis ou hipomóveis conduziram para os depósitos de distribuição — no Monte do Seminário e na Rua de Camões — pesou 40.835 toneladas. Nesse serviço empregaram-se 350 homens, 35 carroças de uma muar, 6 galeras de 3 muares, 12 caminhetas, 6 caminhões, 92 carrinhos manuais de uma roda e 27 carrinhos manuais, de ferro e de duas rodas. Só o serviço automóvel percorreu, dentro da cidade, 275.000 quilómetros, gastando 105.000 litros de gasolina. O serviço hipomóvel fica mais económico e 75 mulas dos serviços de limpeza consomem 200 contos de comida por ano: 18\$00 de diária para cada uma, o que nem todos os cristãos conseguem!

O sr. engenheiro Cristiano Spratley, a quem devo estas informações, em engraçado comentário, destacou:

— *A sapataria* das muares coloca, em média, 16 ferraduras por dia!

Os serviços de limpeza custam ao Município, anualmente, à-volta-de três mil contos, e o lixo dos últimos dois anos foi arrematado por um particular pela quantia de 560 contos. ¡Isto é o que vale o que o Pôrto deita fora!

O lixo sai da cidade por quatro pontos — Rebordões, Areosa, Viso e uma caleira, no rio Douro, para carregamento dos barcos que sobem rio acima — para entrar, mais tarde, na cidade.

transformado em repolhos ou outros alimentos vegetais.

Para a montagem de modelares serviços de limpeza, a Câmara teria de gastar 10.000 contos na construção de edifícios e compra de aparelhagem, passando, então, o lixo-sêco a ser aproveitado para força motriz e o lixo-verde transformado, mecânicamente, em adubo.

Os homens que levam vida de forçados a varrer durante a noite; os que, dia claro, sustentam a limpeza dos principais locais; os dos carros, que se encarregam de despejar latas e caixões, e todos os que, por qualquer maneira, gastam a sua actividade nos referidos serviços, merecem a admiração pública, a simpatia e a absolvição por algumas faltas que lhes apontem... porque, para juntar e remover, diariamente, cem toneladas de lixo nas escassas horas de labuta, é preciso despender energia extraordinária, metódicamente orientada.

Há quem se queixe dos serviços, sem hesitar levantar-se e colocar a lata à porta ao acabar a manhã... quando o lixeiro já tem passado...

Uma noite... nos
Albergues Nocturnos

**Coisas que o grande público
ignora e os benefícios admiráveis que a simpática insti-
tução presta aos que não
têm «eira nem beira».**

DEPOIS de dia lindo, de sol, quente, radioso, a desafiar a Primavera e o Verão neste Inverno quase sempre chuvoso e frio, vi surgir, suave, lenta, a noite que tudo ensombra e abafa com negrura de mistério, a amortalhar dramas, farças, comédias, representadas por um povo que, muitas vezes, esconde a outro povo os laivos de tragédia da sua vida, sem método e sem meio — só com princípio e mau fim.

Não almoçar ou não jantar é mau; mas não ter onde dormir é pior. Foi com este problema na ideia — o drama da falta de leito para sono profundamente reparador — que a noite se me afigurou tétrica, assustadora, medonha. A assistência particular tem muitas coisas boas, e, no Pôrto, os Albergues Nocturnos, que muita gente — quase toda a gente! — não aprecia porque desconhece, desenvolvem louvável acção social, dando guarida a quem lhes bate à porta. Fomos parar lá, sem anéis nos dedos, *fato-macaco* vestido, *cache-col* embrulhado no pescoço, boina galega amarrrotada nas mãos, aparente desespere estampado nas faces e olhos forçadamente sumidos nas órbitas de aspecto fundo, com debrum

verde-negro assemelhado à marcação de insónias ou lágrimas vertidas em caudal.

* * *

Bateram, há pouco, as 20 horas. Apressei os passos. Nos estabelecimentos encerram as portas, afrouxando as luzes das *vitrines*. Forço mais o andamento. Atropelo transeuntes. Vejo pobres que ficam mendigando. Caminho sempre, sempre, ruas acima, indiferente a tudo... e a todos indiferente.

Lá no alto, na Rua dos Mártires da Liberdade, próximo à Praça da República, está o casarão enorme onde se dorme bem, sem gastar dinheiro. A um lado, uma porta aberta, indica-me a entrada — e entro, e vejo gente à minha frente, muita gente amalgamada, um grupo, quase um bloco de carnes mal cobertas, mal tratadas, mal cheirosas. A passos vacilantes, tímidos, ando e acotovelô os que estão. Provoco barulho, zanga, conflito. ¡Nada consigo! Entre estas paredes, na saleta pequena de espera, todos aguardam, ordeira, resignadamente, a hora da inscrição. E há de tudo: matulões dos cais ferroviários e ribeirinhos; homens idosos, cabelos raros e brancos; rapazes novos de decente apresentação. Mulheres também as há, à espera, entre os homens. Mas nem uma provocação, atrevimento ou intromissão incorrecta ou imo-

ral... ¡E não há polícia nem quem quer que seja a barafustar, a amedrontar, a disciplinar esta gente, de quem, injustamente, se costuma esperar tudo!...

Os que aqui estão já conhecem os hábitos. São «hóspedes» que se espantam à minha chegada, e me interrogam, mudamente, com os olhos. A direcção dos Albergues foi avisada, momentos antes, dos meus intentos. Mas os pobres, êsses a quem adoro pela simplicidade dos seus modos, pelos exemplos de solidariedade (aos companheiros de desdita nunca regateiam o seu préstimo), tomaram-me por real, por autêntico, por verdadeiro pedinte de poussada.

— ¿E quando nos atendem? — preguntei a um rapazola esgrouvinhado.

— Devem estar a abrir a porta... mas já estão tantos!...

E, como companheiros de desdita, de um lado e outro, vão-me atendendo, solícitos, distinguindo-me com o familiar tratamento... de tu. As suas palavras, rudes, são, a-pesar-de tudo, vincadas de sinceridade tão expressiva, que me sensibilizam e emocionam.

* * *

Sente-se mexer na porta. Na saleta de espera, faz-se um sussurro. ¿Contentamento

geral? Talvez não... O número dos pretendentes a cama é grande e muitos debatem-se em tragédia íntima, na dúvida. Um «não há lugar» é condenação penosa, mas que cumprem sem queixumes de maior, sem protestos violentos, enquanto constroem para o dia imediato novo castelo de ilusões, a alimentar mais firmes esperanças. ¡Os pobres são bons de contentar!

Aberta a porta, aparece um empregado de bigode vigoroso e ar austero. Encaminhamo-nos para ele, calada, silenciosamente. Primeiro, entram as mulheres. São mais do que a lotação — duas vão embora, tristes, desiludidas. ¿Onde irão passar a noite?

Os homens entram a seguir. Para êles, há mais lugares.

— ¿Quem tem recomendação? — berra o empregado. A um e um, mais outros e vários outros foram-se precipitando pela passagem estreita: estavam salvos. Os que ficaram são contados, e eu, que continuo à espera, convicto do meu papel, sou atingido pela pregunta séca, sentenciosa, do empregado que nada sabe a meu respeito: «Você de onde é? Nunca veio aqui dormir?»

— Já pedi à senhora directora... Ela disse-me que sim... que viesse...

Passei. Atrás de mim outros passaram também. Uma meia dúzia teve de voltar a sair pela porta da saleta de espera. A pouca sorte

perseguia-os. Hoje não pode ser. Amanhã, talvez...

O pessoal está a postos. Sentado a uma escrivaninha, o empregado que nos deu entrada. De um lado, os homens; do outro, as mulheres, aguardam, em pé, firmes, que lhes chegue a vez para o registo dos seus nomes nas fôlhas grandes de volumoso livro. Sou quâsi dos primeiros.

— ¿Como se chama? Estado? Idade? Profissão?

Nisto surge um fotógrafo. Os directores compõem a cena. O magnésio explode. E os presentes, contentes, vaidosos, interrogam-se: «¿Será para o jornal? Ah! se fôsse!... ¡Eu queria ver o meu retrato!...»

Tomo o meu lugar. Os restantes respondem, como eu, ao questionário e, enquanto o registo se vai fazendo, moroso, porque são muitos nomes (sessenta, aproximadamente), um rapaz, ao lado, interpela-me:

— «És engraxador?»

Menti-lhe, afirmando:

— «Fui empregado comercial... Hoje...»

* * *

Os albergados têm princípios regulamentares a respeitar, e quem lhos lembra, diariamente, ou melhor, nocturnamente, é o director: «Não

podem levar para cima tabaco, fósforos ou objetos contundentes».

Parece ter sido ouvida voz de comando. Os homens, em gestos rápidos, meteram o que era suspeito nos bolsos dos casacos e deixaram-os ficar nos bancos do átrio

— ¿ Não desaparece nada ? Não ! ¡ Aqui é tudo honrado ! — respondeu um veterano. ¡ Aqui nunca faltou o valor de um real !

Subimos, em grupo, as escadas. As mulheres somem-se para um lado. Delas, já só ouço o chôro de uma criança que vai ao colo — três ou quatro anos — a sofrer castigo duro por erros que não cometeu.

Os homens entram para outro lado: salão comprido, largo, alto, limpo, arejado, onde se perfilam, alinhadas como em enfermaria, vinte camas com roupas cheirosas a barrela.

— ¿ Que número tenho ? Não me entregaram ficha.

— Então tens sorte. Vais dormir bem...

Era verdadeira a informação do meu « colega », porque, lesto, ante a minha indecisão, o guarda indicou-me sala ao lado, onde dormem, apenas, sete homens, apontando :

— « A sua cama é aquela, a número 13 ».

Despimo-nos, num apartamento especial. As roupas dos menos limpos ficam fechadas em isolamento impregnado de desinfectante; as dos restantes ficam dependuradas em cabides espe-

ciais. Depois do banho parcial, envergamos o camisão e encafuamos a cabeça na touca da «ordem». Os católicos, religiosamente sentados nas camas, mãos postas e olhos virados para o crucifixo, fazem suas preces e rezam orações. ¡Ainda bem que Deus é lembrado pelos humildes!

As luzes estão ainda acesas. Os meus «vizinhos» conversam. E à dúvida que formulei sobre «o dia de amanhã», alguém esclarece: «É só uma vez por semana, mas se arranjas boa recomendação...» Em quanto outro acentuou: «— Já durmo nesta cama quase há um mês! ¡Aqui é tudo muito limpo!...»

* * *

Antes do silêncio procurei investigar: ¿Onde se dorme, no Pôrto, por pouco dinheiro?

— O que abunda mais, por aí, são casas dessas. Por dez ou quinze tostões, fica-se de-baixo de telhas. Onde? Na Baïnharia, Pena Ventosa, Rua Escura, Cimo de Vila. Mas isso não presta. Nalgumas casas dormem todos juntos. As roupas sujas. O mau cheiro até nos faz mal.

— Mas dorme-se barato! ¿Como hei-de encontrar essas casas quando não ficar aqui?

— Preguntas a qualquer aonde é a *Mariana* ou a *Carvoeira*. Se estiver tudo cheio, vais ao 110, 150, ao 75, ao 16, eu sei lá. ¡Há tantas casas, tantas!

E quase como sonhando, o «vizinho» fronteiro comenta:

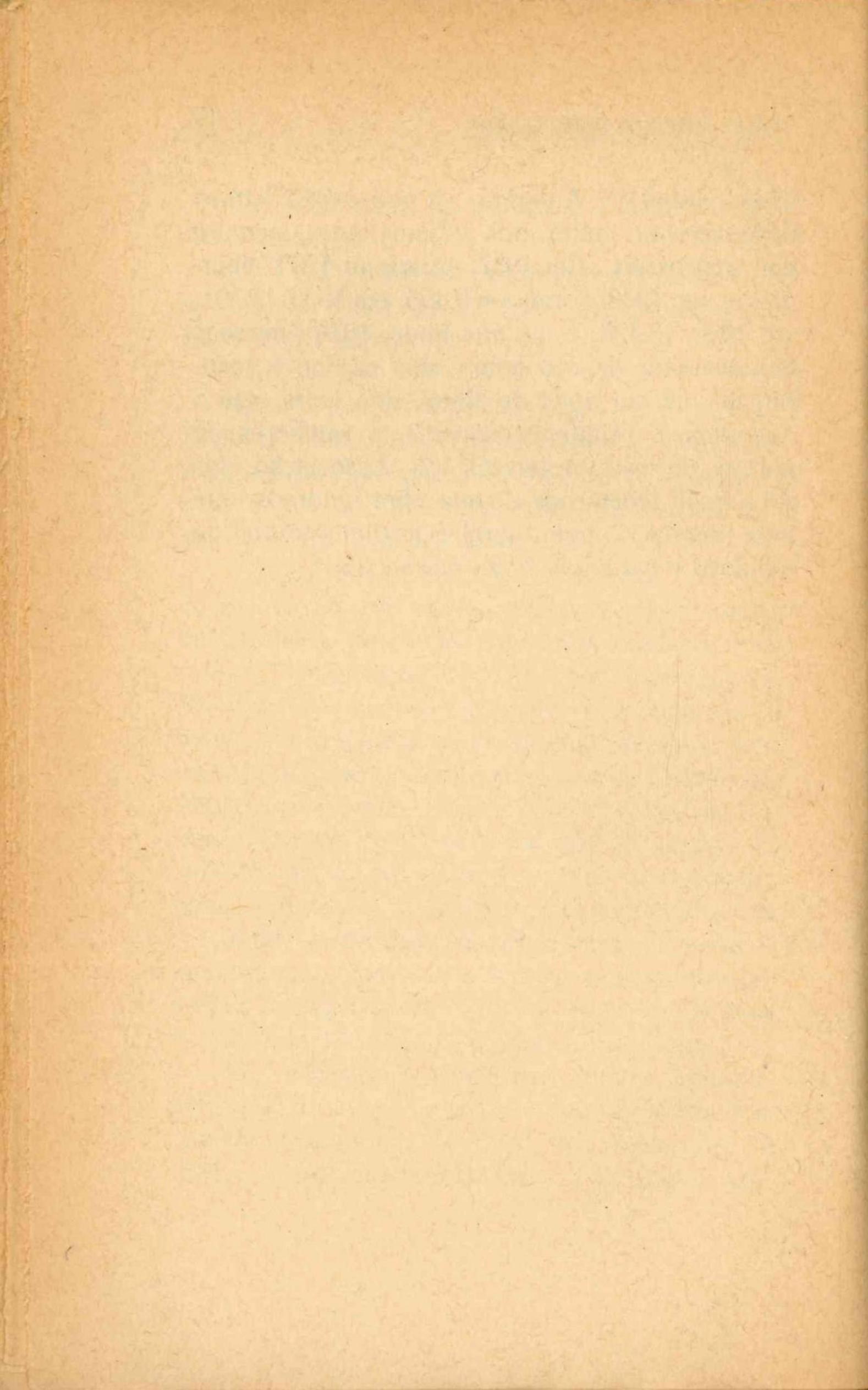
— «Eu cá prefiro perder a noite a ficar em tais casas. Não vás lá, não vás, que isso não deve servir para o teu nariz...»

Estava satisfeito e cumprida a minha missão. Pretendi investigar, para apontar o facto à benemérita Liga Portuguesa de Profilaxia Social, porque, se ela intervir neste caso, talvez mude semelhante sistema de exploração...

Apagou-se a luz. A treva tudo envolve. E, madrugada alta, quando todos dormiam o sono dos justos, levantei-me, cauteloso, vesti-me e saí com a cumplicidade de um dos empregados. Na rua, o frio, seco, cortante, a fustigar-me a carne, a enregelá-la, cimentou mais firme no meu espírito a grande admiração que à *Cidade da Virgem* deve merecer a Associação dos Albergues Nocturnos. O que lhe falta é verba. O subsídio do Estado é pequeno e os contribuintes pouquíssimos. Com mais receita, seria cumprida a grande aspiração dos dirigentes da casa — aumentar o número de camas e dar sopa, ao deitar, e pequeno almôço, ao levantar. A casa tem espaço para tudo, cozinha e refeitório.

Os Albergues Nocturnos foram fundados pelo rei D. Luiz I e pela rainha D. Maria Pia, quando estiveram no Pôrto, em Fevereiro de 1881. A primeira presidência ocupou-a o saü-

doso cardial D. Américo. A sua acção tem-se desenvolvido muito nos últimos anos, sempre em progressão. Em 1937, dormiram 4.571 albergados; em 1938, dormiram 9.455; em 1939, 11.301; em 1940, 13.428; e, no ano findo, 18.973 pessoas beneficiaram de tão pobre mas caritativa instituição que, na noite de Natal, deu lauta ceia a duzentos e cinqüenta homens e mulheres ao abrigo da sua protecção. A Associação dos Albergues Nocturnos é uma obra ignorada, que bem merece o apoio moral e auxílio material do bondoso e caritativo povo portuense.



O jôgo a dinheiro, vício **que alastrá e perverte**

«Com o derradeiro ouro que
o jogador atira à voragem,
lá vai o coração, lá vai o
amor de marido e de pai»
— O perigo das salas do
«jôgo de vaza», dentro da ci-
dade — Como se fabricam
jogadores — O que morreu
de emoção e comoção.

Como designa a Lei, foi suspenso, por seis meses, o jôgo da batota ⁽¹⁾. Fecharam os Casinos. E em muitos lares vai entrar, agora, o alívio? E muitos homens procurarão rehabilitar-se, neste interregno, trabalhando proficuamente, dedicadamente, para restabelecerem o perdido equilíbrio financeiro?

O jôgo é a perdição, a ruína, a desgraça. Empregados que fazem desfalques; comerciantes que abrem falência; homens que, atacados por lamentável psicose, aumentam as fileiras dos deshonestos, contaminando, pervertendo a Sociedade, que carece, cada vez mais, de indivíduos de bem, trabalhadores e de sólida moral.

O jôgo é a mais cega e despótica das paixões — escreveu Camilo Castelo Branco no livro **AS TRÊS IRMÃS** — e o jogador perdido odeia a mulher e os filhos, cujas lágrimas lhe pedem conta do seu pão.

Nas salas de jôgo, onde passeia fictícia felicidade e por onde desfilam manequins vivos de luxuosa fantasia, juntam-se à volta das mesas compridas com números e letras dentro de geo-

(1) Defeso de 1941.

métricos desenhos a mancharem com contraste colorido o pano verde, muitos homens ambiciosos que contêm o coração em constante sobressalto. O barulhar da minúscula esfera metálica, saltando, errante, até cair e fixar-se numa cavidade — os rápidos segundos que vão do clássico *nada mais* até ao pregão austero do *croupier*, anunciador do número premiado — são tempo de incalculável e emocionante comoção. Os nervos dos jogadores contraem-se; as mãos crispam-se, os olhos arregalam-se, cobiçosos: aos seus lábios não afloram sorrisos. Os jogadores tomam expressões de alucinados e as suas almas sonham à vista de um teatro imenso, lamentável, trágico, funesto...

— Fecharam os Casinos! — Em muitos lares vai entrar, agora, o alívio? Nem em todos. — A jogatina não terminou? Não terminou... nem terminará jamais.

— Fecharam os Casinos? — Que importa! Para o jôgo não há interregno. Durante as 24 horas do dia há sempre viciosos abancados às mesas do pano verde; rectangular, oitavada, redonda...

De dia ou de noite, com sol ou chuva, com frio ou calor, há sempre — admiram-se! — quem esqueça a vida da rua, a sua vida, a vida da família; há sempre quem esqueça os seus compromissos, as necessidades dos seus, embriaga-

dos com o bater das cartas, ensurdecidos com o tilintar das fichas que vão, que vêm, que voam e quase sempre desaparecem... para bolsa alheia.

O jôgo continua, continua sem intervalos, sem desfalecimentos e da maneira mais acessível, mais perigosa, mais contagiente, mais arruinadora. Pode ser? É verdade, triste, lamentável verdade a que assisti com meus olhos extasiados durante a digressão de uma tarde e uma noite. Parecia ter saído de país de normais para entrar nos domínios de perigosos loucos. Os cabelos arripiaram-se-me, os nervos fizeram estremecer-me o corpo, o cérebro cansou-se-me com o apreciar das mais recambolescas, das mais extravagantes, das mais disparatadas cenas. Vi lances, ouvi protestos e atentei em desabafos que eram verdadeira dor de alma.

O ordenado não chega! — dizem muitos — mas gastam-no ao jôgo, sem considerações pela espôsa, sem piedade pelos filhos, sem respeito por si mesmo.

À mesa do jôgo todos são iguais e tudo esquece...

* * *

¿ Onde funcionam, permanentemente, essas salas de jôgo? Nas caves ou andares superiores dos vistosos cafés citadinos. Alguns — quase todos — exploram esse filão de ouro que é o

dinheiro, a carne, o sangue, a alma, a liberdade, a vida de muitas famílias, porque, como diz certo provérbio «na casa de quem joga pouca alegria mora».

Nas salas dos «jogos de vaza» dos cafés — labirinto onde o carácter se perde — abrem-se, escancaram-se, como bocarra infernal, as portas do descrédito, da deshonra, das penitenciárias.

O *sintético*, o *burro americano*, o *bluff*, o *quilei*, a *loba*, o *solo*, — ¡eu sei lá! — são modalidades em que se podem ter arriscado, ao fim de algumas horas, importâncias avultadas. ¡E eu que os supunha jogos inofensivos!...

As salas de jogos dos nossos cafés são, também ante-câmaras da morte.

É arriscado afirmá-lo? Ainda há duas dúzias de semanas, um jogador, conhecido empregado de praça de importante casa portuense, morreu abancado a uma dessas mesas, na área da Praça da Batalha. As cartas não lhe eram favoráveis, houve palavras ou gestos mal interpretados pelos *parceiros*, principiou discussão, deu violento murro na mesa para sobrepor os seus direitos e, quando levantou, novamente, o braço com o punho fechado, já não deu segunda pancada... porque caíu para o lado, fulminado por uma sícope. Foi mais uma notícia lacónica, de morte súbita, linotipada em quatro linhas dos jornais diários...

Dos bolsos da vítima desapareceram alguns

milhares de escudos, de cobrança feita momentos antes.

¡ Merece tanta confiança essa gente que se perde a romper a pele das mãos com o deslizar das cartas de jogar, que nem os bolsos do fato de um morto foram respeitados!

Durante essa tarde, como em tôdas as outras tardes e noites, indiferentes, insensíveis, como se não tivesse acontecido coisa de importância — ¡ ironia do destino! — na sala, ante-câmara da morte, os presentes continuaram na embriaguês de *bater cascas*, de *encravar o veste*, de *fazer nabo*, enquanto um *cruzador ligeiro* queria ser *galado* e um, que *estava cheio de tonas até às pontas dos cabelos*, se levantava e pedia a um *mirone* para fazer de *carrasco*.

¿ Não perceberam o vocabulário extravagante que empreguei? Não queiram compreendê-lo. É linguagem privativa dos eméritos esbanjadores que, no dizer do Padre António Vieira, quando não têm mais que jogar, «perdem ou acabam de perder as quási perdidas almas, entregando-as ao demónio».

* * *

Nos cafés não há regulamentação. Não se discutem idades, não se seleccionam categorias profissionais, não se olha ao nível social de cada um. Nisso consiste o maior perigo — o grande

perigo — transformando-se essas salas em escolas de viciados.

Vi empregados comerciais, funcionários públicos, bombeiros, comerciantes, motoristas de *taxis*; vi homens de muitas outras profissões com outros — garantiram-me — sem rendimentos e sem justificado modo de vida; vi homens bem vestidos e vi farrapilhas — homens de cabelos lustrosamente fixados e outros de boné; vi faces que inspiravam simpatia, e outras antipáticas, grosseiras, cicatrizadas de agressões contundentes; vi rapazes com gravata e outros com *cachecol* significativamente enrodilhado no pescoço... sem colarinho. Como me penalizou semelhante espectáculo!...

Sentei-me. Junto a mim tomou lugar vélho conhecido, que me acompanhava e para quem esta vida condenável não tem mistérios. E entre duas cervejas e quatro fumaças de modestíssimos cigarros, foi-me segredando:

— ¿ Vês aquela mês... ao fundo? Foi acolá que fulano (o nome não interessa) jogou a ourivesaria em poucos meses.

Alguns rapazinhos entram aqui por curiosidade — continuou o meu informador. Depois tentam-se; habilitam os primeiros escudos; adquirem o vício e, quando recebem a férias, veem a correr *depositar* o dinheirinho...

Ouvi infinidade de casos — rosário de misérias — e nunca mais esquecerei a tragédia

daquele rapaz, filho de boa família, que por ter a sala de jôgo acessível, a dois passos do escritório, cometeu a primeira deshonestidade jogando o dinheiro de uma cobrança do patrão. Desculpou-se nesse dia; no dia imediato falsificou o recibo para devolver ao patrão; depois foi fazendo mais cobranças e falsificando mais recibos até ser descoberto, envergonhado e preso. Como êste há muitos casos, iguais ou semelhantes.

— ¿ Sabem qual o rendimento das salas de «jogos de vaza» mais movimentadas ?

— Aproximadamente de cem contos por ano, em cada. E a percentagem — os *baratos* — é coisa diminuta. Por aqui se pode avaliar quantas centenas de contos circulam por ano sobre as mesas de cada um dos tais estabelecimentos!...

* * *

«A paixão do jôgo não é nova. É velha, tão velha, como o próprio Homem. O jôgo tinha em Roma, como em toda a parte, sectários apaixonados. Todavia, é raro encontrar-se alusão a êle nos tempos primitivos da História de Roma. As leis sumptuárias deveriam tê-lo proibido ou limitado no tempo da República, pois que os Romanos depois de terem conquistado a Grécia, regulamentaram o jôgo naquela província. Durante o Império, era proibido em Roma jogar a

dinheiro ou objectos de valor. Estas proibições não deram resultado. César, Augusto e principalmente o imperador Cláudio, foram grandes jogadores.

«Em França, tem-se jogado em todos os tempos. Os *dados* levados pelos romanos eram jogados em toda a parte e, na Idade Média, existiram Academias de jôgo, onde se tiravam cursos de especialização dos diferentes jogos de dados. Estes eram da preferência das *élites*, entretendo-se os meios populares com o *jôgo do pássaro* e outros idênticos.

«Segundo parece, os jogos das cartas apareceram no final do século XIV, divertindo-se com elas a loucura de Carlos VI. São, porém, anteriores uns 10 anos ao reinado daquêle monarca, a-pesar-da lenda que atribue a sua invenção a Jacquemin Gringnneur.

Manuseando livros da especialidade e encyclopédias, verifica-se que a luta contra o jôgo começou cedo. Em 813, o concílio de Mogúncia excluiu da comunhão todo aquêle que participasse em jogos de azar. Em 1254 proibiu a fabricação de *dados*. Em 1319 Carlos IV proibiu os *dados*, o *gamão* e outros.

Houve idênticas proibições nos reinados de Carlos V, Luiz XIV, Luiz XV e Luiz XVI. No entanto, o princípio de moralidade era para os outros, porque na corte de Luiz XIV jogava-se todos os dias das 3 às 6 horas. Havia o jôgo

do rei e da raínha, e as memórias do tempo referem-se a muitas histórias de trapaçaria.

No reinado de Luiz XIV apareceram as casas de tabulagem, verdadeiros salões da sociedade mais escolhida — que, com o decorrer do tempo, se transformaram em antros de gatunos.

Durante a Revolução Francesa o jôgo foi desenfreado: jogava-se em todos os cantos e os salões dourados do número 33 de Palais-Royal adquiriram triste celebridade. Depois o jôgo foi regulamentado. O Directório reduziu para nove o número de casas dessa especialidade em Paris e obrigou os seus directores a pagarem uma renda ao Estado. Isto é o que acontece, actualmente, em todos os países onde existe sossêgo e normalidade. Isto é o que sucede, actualmente, nos países que não foram atravessados por tropas de defesa ou ataque e cujas populações não sentiram os horrores da metralha e da fome.

* * *

Em Portugal, desde há muitos séculos que o povo cultiva o desporto do jôgo de azar, com finalidade puramente comercial. Antigos reis pretenderam combater tal vício, segundo anotação que li do notável professor e escritor dr. Mário Gonçalves Viana, que diz:

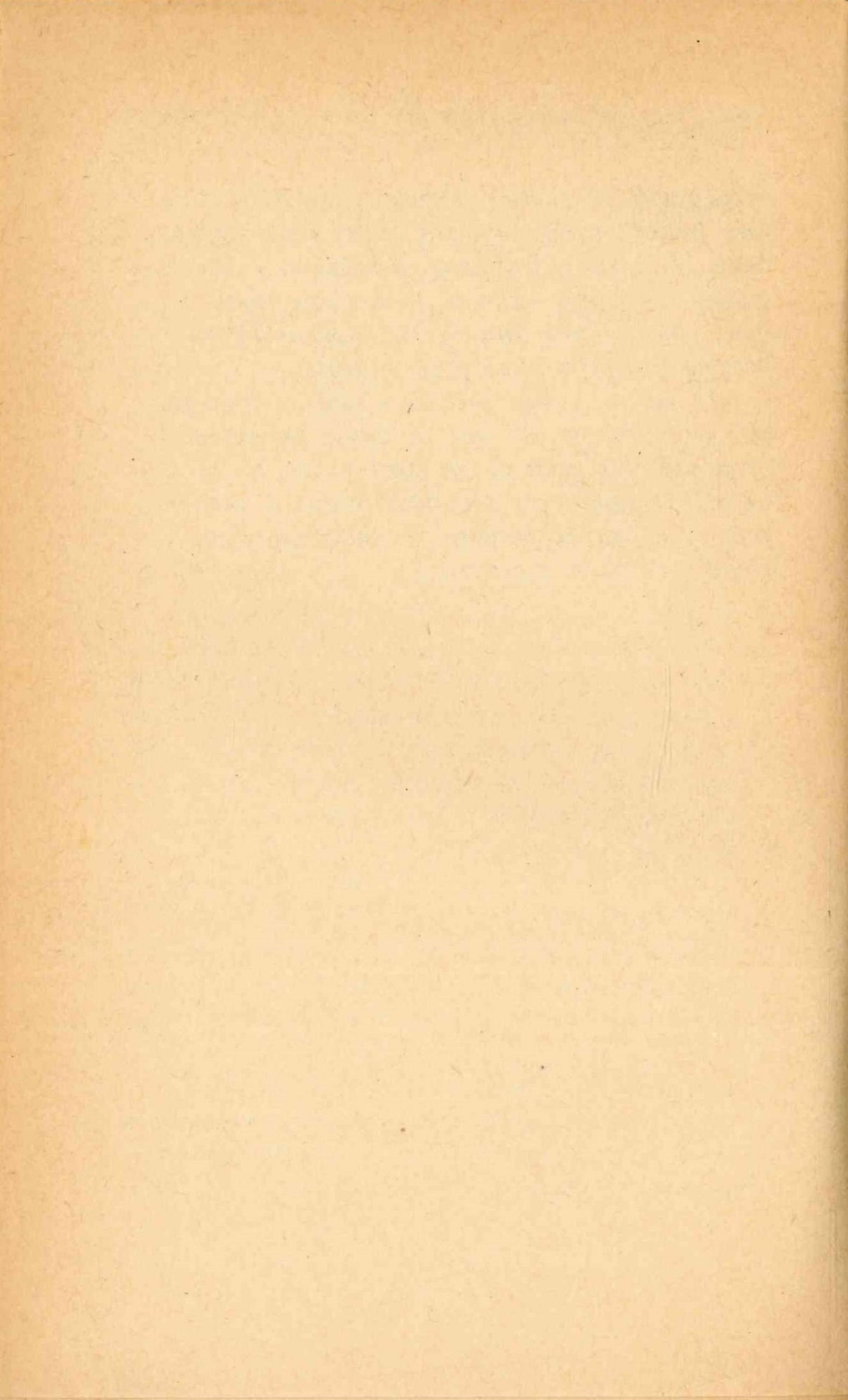
Parece ter sido D. Afonso IV o primeiro monarca que procurou combater o jôgo, promovendo o encerramento das tavolagens, também conhecidas por garitos, e aplicando multas e penalidades aos contraventores. D. Fernando I prosseguiu nessa moralizadora campanha, impondo quinze dias de cadeia a todo aquêle que fôsse encontrado a jogar aos dados (a dinheiros secos) e uma noite de cadeia ao que estivesse a presenciar o referido jôgo. D. João I estabeleceu novas penalidades para todos aquêles que fôssem descobertos a jogar a «dados», em público nem em escondido, a galinhas nem frangos, nem patos nem leitões, nem carneiros, nem cabritos nem coelhos, nem perdizes nem outras carnes; nem a lampreias, nem sáveis, nem congos, nem a outros pescados; nem a trigo, nem cevada, nem milho, nem centeio, nem avelãs, nem a preços por penhores a vinho, nem água, nem vinagre, nem sal, nem outra coisa alguma...»

Mais tarde, as Ordenações Afonsinas mantiveram proibição contra a jogatina, sob a seguinte rubrica especial: «Que non joguem a dados dinheiros, nem haja hi tavollagem».

Está provado que os antigos governantes pretendiam acabar com o jôgo. Não o conseguiram. Mas agora que o Estado se tem empenhado em moralizar os costumes — e tem-no

conseguido, em parte — alguma coisa de proveitoso poderá fazer, também, sobre esta modalidade. É absolutamente necessário evitar a queda moral dos viciados, pois, como disse Juvenal, *para jogar não basta trazer a bolsa; é preciso roubar a caixa forte alheia.*

O vício do jôgo atingiu o máximo, joga-se, aos números, o café que se toma; apostase a propósito das marcas de automóveis, e até o bilhar, — passatempo tão interessante e inofensivo — se joga a dinheiro, ao chamado *prato, à rôlha e ao cento e quatro* ...



UM DIA PELAS CASAS PRESTAMISTAS

¡O que se vê e ouve nas casas em que se empresta dinheiro a 48 % ao ano! — Os que empenham a rir — «Sinfonia» errada das tabuletas — Regulamentação justa — Como acabam os penhores ou a concorrência desleal ao comércio e à indústria.

PERDI algumas horas a percorrer as casas prestamistas. Dentro, as paredes cobertas com peças de vestuário em segunda, terceira ou quarta mão, rolos de panos arcoírizados, «cartaz de amostras» etiquetados com número e data; aparelhos de rádio, calçado, bicicletas, móveis, relógios, estojos, etc., formando *babilónia* dos mais diversos objectos caseiros e de uso pessoal, são de aspecto confrangedor.

Rêde de arame a isolar o contacto dos clientes com empregados — precaução deprimente, de pouca confiança nas pessoas que entram e saem — faz assemelhar essas casas a prisões. E são-no, afinal, não de pessoas, mas dos objectos que os *aflitos dependuram para lavar a seco*, a trôco de alguns escudos.

¿ A quantas tragédias, a quantas revoltas íntimas, a quantos choros terão assistido as paredes insensíveis, imóveis, dessas casas de especulação das dificuldades alheias? São os pobres, os abandonados da sorte, que mais lucro dão a essas casas. São os necessitados, os sujeitos à caprichosa abstinência do «vil metal» que, com o desfazer-se dos seus haveres a caminho desamparado para ruína irreparável, mais engrande-

cem, fortificam e ampliam os capitais ao serviço da agiotagem. É êste o nome legal, legítimo, adequado, para qualificar os «beneméritos» que socorrem infelizes, levando o módico juro de quarenta e oito por cento ao ano... acrescido de mais alcavalas!

Ao fim da tarde, já mal impressionado com o que vi em diversas casas, entrei noutra, em sítio central, quando saíam duas mulheres que curtiam queixumes. Porquê? Uma perdera direito ao objecto empenhado — passara o prazo... A outra — pobre mulher! — havia deixado dois cobertores por alguns escudos, e temia não voltar a rehavê-los. O «prego» — afirmou, chorosa — é Purgatório de acesso ao Inferno... que tudo leva para não mais voltar...

* * *

Há várias espécies de empenhadores. Uns fazem-no por dificuldades financeiras, para ocorrerem a faltas inadiáveis; outros por hábito. Há quem «dependure» ao sábado, à tarde, roupas em troca do fato domingueiro, desfazendo a troca, na manhã de segunda-feira. Há os que empenham para se verem definitivamente livres de artigos que lhes não pertencem e há, ainda, os que, respeitando a cantiga:

*Hoje p'ra borga
Amanhã p'ró chasso...*

lá vão, também, deixar a recatado sossêgo o preciso para perfazer a verba em vista. A merenda, os garrafões de vinho e a passagem em caminheta ou automóvel, para irem à romaria, são pagos com o produto das roupas, dos móveis... de tudo — tudo serve — a que possam deitar mão. Estes são os que empenham a rir... porque a rir, a cantar e a dançar passam o dia, despreocupados, artificialmente felizes, confraternizando com multidões que gozam ante revoadas de pó, foguetes, música, roda de cavalinhos e barracas de comes-e-bebes...

— ¡Veja lá, veja se pode dar mais alguma coisa! — dizia um rapaz alourado, olhos azuis, faiscantes — ¡veja lá! — insistia. ¡Preciso de mais dez... mais dez! E, alucinadamente, levantou a mão direita, duas vezes, com os dedos bem abertos. — ¡Veja lá! — repisou.

E o agiota, volta para a direita, volta para a esquerda, acabou por aceder...

Dia-a-dia há casos dêstes, tétricos, que enervam e emocionam. O mundo dos penhores é um mundo de vulcão que alastra, contamina, abre a bocarra de fogo e engole tudo que são valores, com deshumanidade revoltante.

* * *

Entre as cinqüenta e tantas casas, tôdas com tabuletas a chamar a clientela, destaca-se

uma — ¡pasmai, leitores! — que tem à porta, pintado num rectângulo de metal, o seguinte:

V. EX.^a PRECISA DE DINHEIRO?
EMPRESTA-SE SÔBRE PENHORES,
A JURO CONVENCIONAL E
INFERIOR AO DA LEI

Ignoro qual será à lei a que se refere a tabuleta ⁽¹⁾; mas, fazer concorrência, tão descaradamente, não é legítimo. Nesta casa, a taxa de juro — como em tôdas as que não pertencem ao Estado — é ¡apenas! de 4 por cento... ao mês. Como vêem, é ridicularia, coisa mínima. E o pobre que empenha por necessidade, passado um ano tem que dar quâsi o dôbro do dinheiro que recebeu!

Nunca empenhei coisa alguma; mas tenho aqui, à minha frente, um montão de cédulas que me foram enviadas. Uma acompanhava pequeno bilhete: «*Aprecie o senhor reporter e verá que nem só na Falpêrra... à mão armada...*» O resto não o digo, para não ofender. Os leitores, por mim, concluirão o pensamento.

Na margem doutra cédula, está escrito o seguinte: *Não fui eu quem empenhou. Com-*

(1) A tabuleta já foi apeada em consequência da campanha feita, em devido tempo, pelo autor de *Outros homens, outras vidas*.

prei a cédula por dez escudos, supondo fazer grande negócio; mas, quando resgatava o penhor, queriam meter-me na mão umas calcinhas de senhora, em vez de umas calças de homem, pretas, com que contava.»

Este foi ludibriado por ver na cédula avaliação alta, exagerada, e insuficiência de designação.

Além da taxa de juro, quem se socorre dos prestamistas tem de pagar imposto de avaliação. E só para receberem maior percentagem, se justifica terem atribuído a um objecto — a cédula está à minha frente — o valor de 1.500\$00, quando êle, a-final, novinho, em primeira mão, custa, em qualquer casa, ¡novecentos e poucos escudos! ¿E porque é que de umas casas para outras varia o imposto de avaliação?

Uma regulamentação humana e justa que favorecesse o público, evitaria, em parte, actos menos aceitáveis para os espíritos cristão e bem formados. O prestamista é o receptador oficial, documentado. Quem rouba, em último caso empenha. E o prestamista aceita o fruto do roubo, embora ignore que o é, porque, se a polícia fizer a apreensão, nada perderá: é reembolsado da importância do empréstimo e respectivos juros. O prestamista aceita tudo, seja de quem fôr. O nome a figurar na cédula é, quâsi sempre, suposto.

Se não houvesse tanta facilidade em empe-

nhar, muitos não se viciariam nesse sistema insustentável de trocar por dinheiro a caneta apanhada ao colega, o relógio furtado ao patrão, a volta de ouro da mãe ou da irmã. A bem da melhor organização social — «a ocasião é que faz o ladrão», diz o ditado — os penhoristas só deveriam aceitar objectos de pessoas responsáveis, perante a apresentação do cartão de identidade, devendo também ficar na cédula o número e figurar o nome verdadeiro.

— E os que não tivessem cartão de identidade? Bastar-lhes-ia um bilhete com o carimbo de qualquer casa comercial.

Assim acabariam as vigarices disfarçadas do empregado de escritório que requisita um «rádio» à experiência para o empenhar; da dona de casa, sem escrúpulos, que empenha a máquina de costura sem ter pago as prestações, e tantas outras que a polícia, dia a dia, é forçada a resolver.

* * *

Como acabam os penhores? Os juros são caros. O prazo máximo para atraso no pagamento de juros é de três meses. Portanto, os objectos quase sempre acabam em leilão. Os figurantes são sempre os mesmos. As mesmas caras dentro do balcão e as pessoas de sempre, fora, a «botar lanços». Há contratadores espe-

ciais, e um estranho só por preço elevadíssimo consegue arrematar seja o que fôr.

Normalmente, os objectos ficam, após o leilão, propriedade dos prestamistas, que, pagando licenças e impostos para emprestarem dinheiro a juros, prejudicam, aberta e deslealmente, o comércio e a indústria, concorrendo, de certo modo, para acentuar-lhes a crise. Não me disseram — vi em mais de uma casa — pessoas a entrarem para comprar um relógio, uma pulseira, uma máquina fotográfica, como se fôssem casas das diversas especialidades. E vi mais: numa casa, onde entrei com uma cédula bastante antiga, propuseram-me a compra de uma caneta — por preço alto, é claro — afirmando: «*Essa caneta já foi a leilão. Mas, querendo, vendemos-lhe outra, talvez melhor.*»

— Queria a mesma — disse, para me livrar de contratos.

E os empregados, como faziam antigamente os carapuceiros da Rua dos Clérigos ou os alfaiates da Rua do Loureiro, chamaram-me e insistiram: «*Pode calhar de ser a mesma... pode calhar...*»

¡Como me revoltou o dia perdido às voltas com prestamistas! Ésses «beneméritos» de quem determinado público não sabe emancipar-se são o caminho mais curto para a morte económica dos necessitados. ¡A quarenta e oito por cento

ao ano, acrescidos de mais despezas, não há quem resista. O pior é cair-lhes nas mãos! Entregando os primeiros objectos, os outros lá irão, forçadamente, a seu tempo, até ao último farrapo...

P E S C A D E I R A S

Portugal é o único país do mundo onde há mulheres corajosas e valentes, que, tripulando pequenos barcos, vão de noite para o mar à pesca de diferentes espécies da fauna marítima.

H

A sempre um motivo novo para falar na gente do mar. Surge sempre um pormenor a acrescentar a outro pormenor, é sempre oportuno o tema dos pescadores — o eterno tema — que em tôdas as épocas tem proporcionado ensejo aos prosadores e aos poetas para escreverem hinos apoteóticos que nos contam e nos cantam sacrifícios sem fim, suportados e vencidos por êsses homens humildes, heróicos dominadores das vagas caprichosas, traiçoeiras e, por vezes, criminosas no seu bailar louco, insatisfeito e interminável.

Em Portugal há *companhas* de mulheres que vão ao mar, que saem da praia e se fazem ao largo. Em Portugal há mulheres corajosas e fortes que, como os homens, enfrentam os perigos e lutam com os elementos, sem temor à morte que as pode espreitar por detrás de um cachão de espuma em momento de furiosa agitação.

Foi com essas heroínas que estivemos ontem. Tarde mista de sol e de chuva. Prata e ouro no mar e na areia. Vila Chã — a única praia do mundo onde existem pescadeiras profissionais — vivia a santa paz de uma tarde de

descanso. A quebra do mar era muita e as embarcações ficaram em terra a adornar o fulvo areal.

A água salgada desfazia seus rolos pintalgados de branca espuma, abraçando a areia que lhe escuta, dia e noite, desde que o mar é mar, os gemidos ou queixumes que ninguém sabe traduzir. A cantilena eterna das ondas ouvimo-la ontem mais uma vez, enquanto a boa gente do lugar nos acolhia com os olhos a estalar de surpresa e sorriso franco aflorado aos lábios.

Antigamente, dizia-se que a gente de Vila Chã era má por índole. Agora não. Essa gente é boa: ordeira, educada e carinhosa. Almas purificadas pelo trabalho honrado que nobilita um povo e enriquece uma Pátria, a gente de Vila Chã — portinho situado a cerca de três milhas ao Sul da foz do Ave — contou-nos, ingênuamente, a sua vida de isolamento. Os homens e as mulheres dali, quase sem comunicação com o restante povo, perdidos entre campos e a orla marítima, onde não chegam estradas, onde não há luz nem pontazinha de civilização, vivem para o trabalho da terra e da pesca, resignados, dando graças a Deus quando são frutíferos e conípensadores os seus esforços.

* * *

Em plena praia, pouco a pouco forma-se à nossa volta um grupo. O número de mulheres que nos aparece é superior ao dos homens. Devem ser das mais lindas caras do concelho de Vila do Conde. Compleição física admirável, rostos iodados pelo mar, roupas garridas e muito limpas.

Maria Amélia Gonçalves é uma mocetona gigante — 23 anos prometedores — com uns olhos grandes, brilhantes, expressivos. Fala-nos com entusiasmo — as suas palavras são retalhos de canções que o mar lhe ensinou e ensaiou e que ela, como as outras, reproduz com novas palavras e nova música, dando-lhe interpretação sua, muito sua, mas revestida de fidelidade. A sua canção, a canção que o mar lhe ensinou e ensaiou, é a vida áspera, de bravura incalculável, das mulheres, que, tendo *cédula*, governam pequenos barcos em *companhas* reduzidas, para arrancarem ao seio das águas, em dias ou noites de afã, a pescaria que lhes garanta o pão. Inês Rosa da Silva é a mais nova das pescadeiras. Anda no mar há mais de um ano e só tem 16 anos de idade!

Cada uma das 30 pescadeiras inscritas na capitania de Vila do Conde destaca-se aos nossos olhos. A mais vélha — sessenta e poucos anos de idade e quase cinqüenta de mar — é

arrais de um barco. Quere dizer — explicou-nos a Maria da Silva Faria, crente na nossa ignorância — «quando saio a barra, se levo homens na tripulação... quem manda sou eu!»

A pesca por mulheres, em Vila Chã, não é coisa nova. É questão hereditária, secularíssima.

Em 1850 — pertencia a praia, nesse tempo, ao extinto concelho de Bouças — o comandante Baldaque da Silva afirmou, num relatório oficial: *Em Vila Chã vão ao mar, desde tempos imemoriais, companhas formadas só por mulheres...*

E agora um alvitre:

O Estado distribue condecorações aos empregados e operários que trabalham, determinadas dezenas de anos, na mesma casa. ¿ Não mereceria a simpática e vélha arrais Maria da Silva, a medalha de Mérito Industrial? Parece que sim. Quási meio século de actividade, numa profissão que não é exercida por mulheres em qualquer outra parte do mundo, é de apreciar. O Estado, prestando justiça ao mérito, estimularia as restantes mulheres das praias de Portugal a serem corajosas e a auxiliarem com os seus braços o homem, nem sempre em número suficiente para a necessidade de «PRODUIR E POUPAR» como a actual. Em vez de ficarem sentadas à porta dos seus casebres a olhar o céu e o mar e a maldizer a sua ou a vida dos outros, as mulheres poderiam aumentar a inscrição de pescadeiras nas capita-

nias do nosso litoral, para bem do fomento económico da nação.

* * *

O varadouro da praia de Vila Chã demanda-se seguindo o enfiamento das novas casas da praia com a igreja da localidade. Os pescadores dêste portinho pedem agora, como há cem anos, a colocação de dois farolins que lhes dêem segura sinalização durante a noite. Querem ainda dinamite para destruir duas rochas que, na maré-baixa, emergem das águas e constituem iminente perigo. Trata-se das pedras conhecidas nos meios pescatórios por «bezerro do meio» e «bezerro da murieira». É bem pouco o que pedem. Seria injustiça, portanto, obrigar aquela gente, que cumpre os deveres para com o fisco e a Pátria, a esperar mais cem anos! O Estado deve ter em boa conta os seus anseios, as suas necessidades, para evitar que se prolongue eternamente o sistema de sinalização usado em Vila Chã. Hoje, como há centenas de anos; hoje, como nos tempos primitivos, quando andam no mar, durante a noite, embarcações de Vila Chã, os que ficaram em terra acendem fogueras — uma, duas ou três — conforme as condições do tempo e a calculada praticabilidade da barra.

Se a barra pode ser demandada em qualquer altura, uma fogueira só, que se conserva acesa a noite inteira, diz aos pescadores a direcção que devem seguir. Se é necessário navegarem com urgência para terra, porque o temporal se avizinha, são duas as fogueiras que a dedicação dos companheiros ou familiares alimenta em chama ardente. E, quando do mar os pescadores descobrem três pequeninos montes de fogo — três fogueiras, ¡que horror para êles! — é sinal de borrasca, é o perigo que se avoluma e, portanto, com a barra fechada, têm que se afastar, têm que se fazer ao largo até ser dia.

Tôdas as precauções são poucas neste pitoresco, original e quâsi desconhecido centro piscatório, porque os seus habitantes não possuem, sequer, um barco salva-vidas.

* * *

A falta de sinalização originou naufrágios naquela praia — tragédias que emocionam mas que não assustam os pescadores. As mulheres pescadeiras inscreveram já seus nomes no martirológio do mar. Dois dias de temporal; quatro barcos naufragados; dez mortos e, entre êles, três pescadeiras vencidas pelo destino.

Um dos naufrágios — o maior — foi na noite de 2 de Novembro de 1913. O arraial Joaquim Gonçalves Casais, sobrevivente dessa tragédia,

reviveu-a e chorou ao contá-la. Porquê? De saudade dos companheiros e de pena da companheira. Ao aproximarem-se de terra voltaram-se três barcos. Os sinistrados só puderam contar com o seu esforço e com a ajuda dos colegas de terra. Mas o mar era muito, as vagas rugiam e fustigavam com violência as pedras e a areia; a escuridão era impenetrável. Num instante deixaram de se ouvir os gritos. À praia vieram dar as rôdes e as «catrarias» desmanteladas. Os quatro que se salvaram foram alvo do carinhoso auxílio de todos os habitantes do lugar e, ao amanhecer, apareceram em pontos distantes da costa os cadáveres molhados e frios de sete homens e duas mulheres: tal foi o balanço dos mortos que fêz inscrever na lista dos acontecimentos lutoosos os primeiros dois nomes de audaciosas, destemidas, valentes e heróicas pescadeiras.

A terceira pescadeira vítima do dever despareceu, embrulhada pelas águas, há poucos anos, numa noite em que, embatendo contra o «bezerro da murieira», o barco se arrombou. Dêste naufrágio existem dois sobreviventes — Armando da Silva e José Rodrigues dos Santos — que nos esclareceram:

— A Maria Rosa nadava bem. Não alcançou a terra, porque se feriu nas rochas.

E como complemento:

— Possuía medalhas do Instituto de Socor-

ros a Náufragos, por ter salvo dois homens na doca de Leixões.

Os restantes naufrágios de Vila Chã não contam. São acontecimentos vulgares que não exercem violenta influência no espírito da gente do mar.

* * *

Vila Chã é, actualmente, o segundo portinho de pesca do concelho de Vila do Conde, tanto pelo número de braços como pelo número de embarcações que emprega. Nesta praia, que o ano findo deu mais de 600 contos de rendimento de pescado, as *companhas* são compostas por 3, 4 ou 6 pessoas — um ou dois barcos e uma rête.

Antigamente, a gente desta praia vivia em casas situadas longe, que quási sempre lhes pertenciam — afirmou-nos o capitão do pôrto e grande amigo dos pescadores, sr. capitão-tenente Adriano Coutinho Lanhoso. Mas nos últimos anos tem-se estabelecido mesmo à beira-mar, quer em construções novas quer transformando em casas de habitação as barracas que outros tempos só serviam para arrumação dos barcos e apetrechos, exploração de plantas e quartel de algumas noites de faina activa.

O portinho de Vila Chã tem duas escolas instaladas em edifícios acanhados, sem os requisitos indispensáveis. É servido — ¡pèssima-

mente servido! — por um caminho tortuoso, cheio de altos e baixos, estreito e intransitável, onde dificilmente poderão chegar os socorros dos bombeiros.

Os pescadores desta praia pode dizer-se que dormem com o barco ao lado. Em muitas casas, lá está o barco junto ao leito, como o berço de um filho que precise dos cuidados maternais.

A exemplo do que acontece nos bairros das Cachinas e Pôça da Barca, a vida moral dos pescadores é sã — muito sã. A sua criminalidade é rara; nas poucas desordens entre êles, o murro e a pedra são as armas mais graves da contenda.

Há, no entanto, um contraste flagrante entre Cachinas e Vila Chã. Em quanto na primeira as mulheres são feias e rudes, com pernas como trancas e desbragadas de linguagem, na segunda as mulheres são lindas, das mais lindas do concelho, insinuantes e educadas. E são mais: são heroínas do trabalho, de que dão exemplo magistral, indo, em dias e noites de canseira, arrancar ao mar sardinha, faneca ou outras espécies de pescaria.

As mulheres de Vila Chã — as únicas pescadeiras profissionais do mundo — possuem espirito mais sadio do que alguns pescadores de outras praias, não se deixando dominar por superstições nem por crendices. Fortes como

hércules e arrojadas como poucas, prosseguem numa profissão que herdaram de seus avoengos, significando-se pelo trabalho, de molde a merecerem a admiração e a estima de Portugal inteiro.

O primeiro pôsto de socorros a naufragos,
em Portugal, foi instalado na
Foz do Douro há 112 anos

Ligeira evocação do passado — Naufrágios célebres — o estado actual de ruína do Pôsto e uma homenagem que o Município deve prestar...

DESDE séculos passados que, no areal e nas rochas que precedem a entrada da barra do Douro, se desenrolam, tempos a tempos, dramas comoventemente fantásticos, com vapores que encalham e se desfazem mesmo à vista de terra, a poucos metros, sem possibilidade, muitas vezes, dos torturados espectadores dessas desgraças marítimas poderem prestar o menor socorro.

Há três ou quatro séculos — a lenda não o conta com precisão — sepultou-se em frente à Foz a frota de Pedro Cem. Foi esta a primeira grande tragédia da nossa barra, tragédia arruinadora do mercadejador mais rico do burgo *tripéiro*, que, atacado de comoção e emoção indescritíveis, olhos arregalados para o mar, presenciou tão dramático e extraordinário espectáculo do alto do seu castelo.

Os galeões e as naus, cedendo aos estóques do mar encapelado e atirados violentamente contra a penedia da costa, findaram, assim, sua vida de aventura no regresso das Áfricas que lhes encheram os porões com especiarias de valor incalculável. E Pedro Cem, financeiramente desgraçado, acabou seus dias com dolorosa resignação. Pedia, aqui e ali, pronun-

ciando, choroso, o célebre estribilho que muitos conhecem: *Dêem a esmolinha a Pedro Cem... que já teve e agora não tem!...*

* * *

O Norte do País era centro capital do tráfego marítimo. O desenvolvimento comercial e industrial e as relações com o estrangeiro, impunham o nosso pôrto, onde entravam, com frequência, navios de todas as tonelagens. As entradas e saídas tornavam-se arriscadas e totalmente impossíveis aos primeiros indícios de temporal. O Governo estudou o problema, mandou proceder à quebra de rochas, e, por decreto régio de 21 de Abril de 1828, assinado por D. Miguel I, criou e mandou erigir em S. João da Foz do Douro um pôsto idêntico aos existentes, nessa época, nas costas da Grã-Bretanha e da Irlanda, com a designação de «Casa do Salva-Vidas».

A-pesar-do atraso material técnico, o pôsto não era apenas para o salva-vidas. Tinha instalações-asilo e, dotado com aparelhagem perfeita e pessoal competente, concorria muito para reconduzir à vida os naufragos que a catalepsia transfigurara em mortos.

A política agitou-se; o Pôrto acolheu as hostes de D. Pedro, que lutavam pelo liberalismo, e, como muitas outras coisas mais, a «Casa do

«Salva-Vidas» esteve a saque. Era preciso destruir o primeiro pôsto de socorros a naufragos instalado no País — ¡triste miséria de políticos! — por ser obra de um rei legitimista. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, administradora do pôsto, tentou reagir na defesa dos interesses do comércio e da navegação, mas a onda alastradora, contaminante, da nova política, obcecava e cegava o povo e os altos poderes a tal ponto, que o edifício da «Casa do Salva-Vidas» foi vendido por oitocentos escudos. Durante 17 anos esteve transformado em residência particular, obrigando-se o Pôrto à privação dos seus valiosos serviços.

* * *

O naufrágio do vapor «Pôrto» foi a catástrofe inesperada, em tempos bonançosos. Foi o horror da impossibilidade de salvação quase a tocar-se a terra, o morrer de sêde junto à fonte cristalina, o desaparecer de pessoas queridas, pelas quais, durante muito tempo, se verteram lágrimas — escreveu o mais célebre romancista histórico do Pôrto, Arnaldo Gama, que, neste naufrágio, trabalhou muito, embora infrutifera-mente, conquistando, com Ricardo Brown, António Ribeiro da Costa, Delfim Maria de Oliveira e José de Azevedo Pereira e Silva, o *grau de cavaleiro da Tôrre e Espada*.

Foi em 29 de Março de 1852. O «Pôrto» saíra a barra, na véspera, às primeiras horas da madrugada. Próximo da Figueira da Foz, o temporal açoitou o vapor, que, por imposição dos passageiros, arribou ao Douro. O mar, à entrada da barra, embalava-se, sereno, a enganar o piloto e a inspirar confiança aos tripulantes e passageiros, já descansados e sem fazerem preces ou rezarem orações a Deus e aos seus santos. No mastro do castelo filipino, que D. João IV mandou acabar de construir, os pilotos arvoraram a bandeira que, trapejando ao vento, era a mensageira — má mensageira nessa hora aziaga — a «abrir-lhe as portas» da barra tenebrosa. A marcha fêz-se lenta; o vapor endireitou a proa para a garganta do rio. Pouco passava das 18 horas. De súbito, a cena foi arripiante: o vapor guinou para o Cabedelo. A bordo, tentaram múltiplas manobras. O leme partiu-se e perdeu-se. Sem governo, embateu com fragor de encontro às rochas submersas e acavalou-se na pedra do «Touro».

O mar bateu-o uma hora consecutiva; sessenta minutos de tragédia, de dor, de incerteza, de agonia lenta, tudo denunciado por gritos de desespôro, sem que alguém, mesmo alguém, pudesse valer aos naufragos, embora a cena se passasse junto à terra, a distância curta e quase alcançável com o estender de um braço. Um foguetão a estabelecer cabo de «vai-vém», tudo

resolveria. ¿Mas o material? ¡Fôra pôsto a saque no período do cerco do Pôrto, dissolvida a instituição e vendido o prédio!

O encalhe do vapor «Pôrto» serviu de trágico, emocionante e indescritível espectáculo a centenas de pessoas, que viram depois o vapor jogado como vulgar farrapo inútil sobre as pedras da «Forcada», a pouco mais de 40 braças de terra, onde se arrombou, partindo-se a meio. No espaço aberto entre a prôa e a ré, precipitaram-se, como num fôsso infernal, quâsi todos os passageiros e tripulantes... e os dez que, numa última e desesperada esperança, haviam ficado no mastro, misturaram-se e confundiram-se, meia hora mais tarde, com a toalha líquida do mar, derrubados por vaga mais alta que desmantelou o pouco que restava. Assistida por compacta multidão, foi esta a maior tragédia marítima da nossa barra. Salvaram-se 10 homens, elevando-se os mortos a 52, entre passageiros e tripulantes.

* * *

A tragédia do vapor «Pôrto» criou o instinto de revolta. Fizeram-se campanhas nos jornais e em panfletos: ...*na verdade, causa espanto que num tempo de «luzes» e de «progresso», durante o domínio de governos «ilustrados», num período de «regeneração», etc., para continuar mais adiante: ...reclama a humanidade*

que se restaure o pio estabelecimento que, com a denominação de «Salva-Vidas», o Governo de 1828 mandou erigir à entrada da barra ...

A rainha D. Maria II veio ao Pôrto, acompanhada pelo Duque de Saldanha, 32 dias após o naufrágio, visitando o local. Antes de se retirar para Lisboa, prometeu interessar-se pela reorganização da «Casa do Salva-Vidas e Asilo dos Náufragos», afirmando: *Quero que as obras não fiquem em projecto, porque de projectos em papéis estou eu farta.*

Efectivamente, o Estado comprou, de novo, o prédio por cinco mil escudos, ficando o primeiro pôsto de socorros a náufragos do País a ser administrado pelo Governo Civil e pela Câmara Municipal do Pôrto. Hoje está entregue ao filantrópico Instituto de Socorros a Náufragos.

O seu estado actual é o pior possível. As paredes, interior e exteriormente, estão arruindadas, caliça caída, telhado a fazer prodígios de malabarismo. O prédio, a continuar assim desprezado, abandonado, sem reparações urgentes de que carece, acabará por «cair de podre».

— E quem são os responsáveis, se houver vítimas a lamentar?

Material é coisa que não existe. Fechados em vélhos armários carunchosos, alguns instrumentos cirúrgicos com ferrugem e outros ape-

trechos inutilizados; não há roupas para fornecer aos naufragos; não há cozinha; não há nada. ¡Como isto entristece! Há mais de cem anos, quando o atraso era flagrante e não havia aldeias, vilas nem cidades electrificadas, o Norte orgulhava-se de possuir máquinas eléctricas para reanimar e arrancar à morte os sinistrados retirados do mar com poucos sinais de vida. Hoje, que dizem ter-se alcançado o grau máximo de civilização e progresso, não temos coisa alguma. Um único recurso salva, às vezes, os quase afogados: é o saberem-se os rudimentaríssimos movimentos respiratórios, dar fricções, palmatoadas nas solas dos pés e mais uma ou outra habilidade... de aprendiz a banheiro. O projector que está colocado na varanda do Pôsto de Socorros para iluminar o mar em noites de naufrágio, é vistoso motivo decorativo. Avariou-se há muito, e continuará assim, até apodrecer. Oxalá não se repitam tragédias como as do *Moneyspinner*, *Madeleine Gauss* e *Deister*... porque cada vez são menores as facilidades de assistência! Quando o *Gauss* encalhou à entrada da barra, envolveu-o uma vaga, que no seu ímpeto arrastou e afundou os salva-vidas, ocasionando a morte a seis dos seus tripulantes...

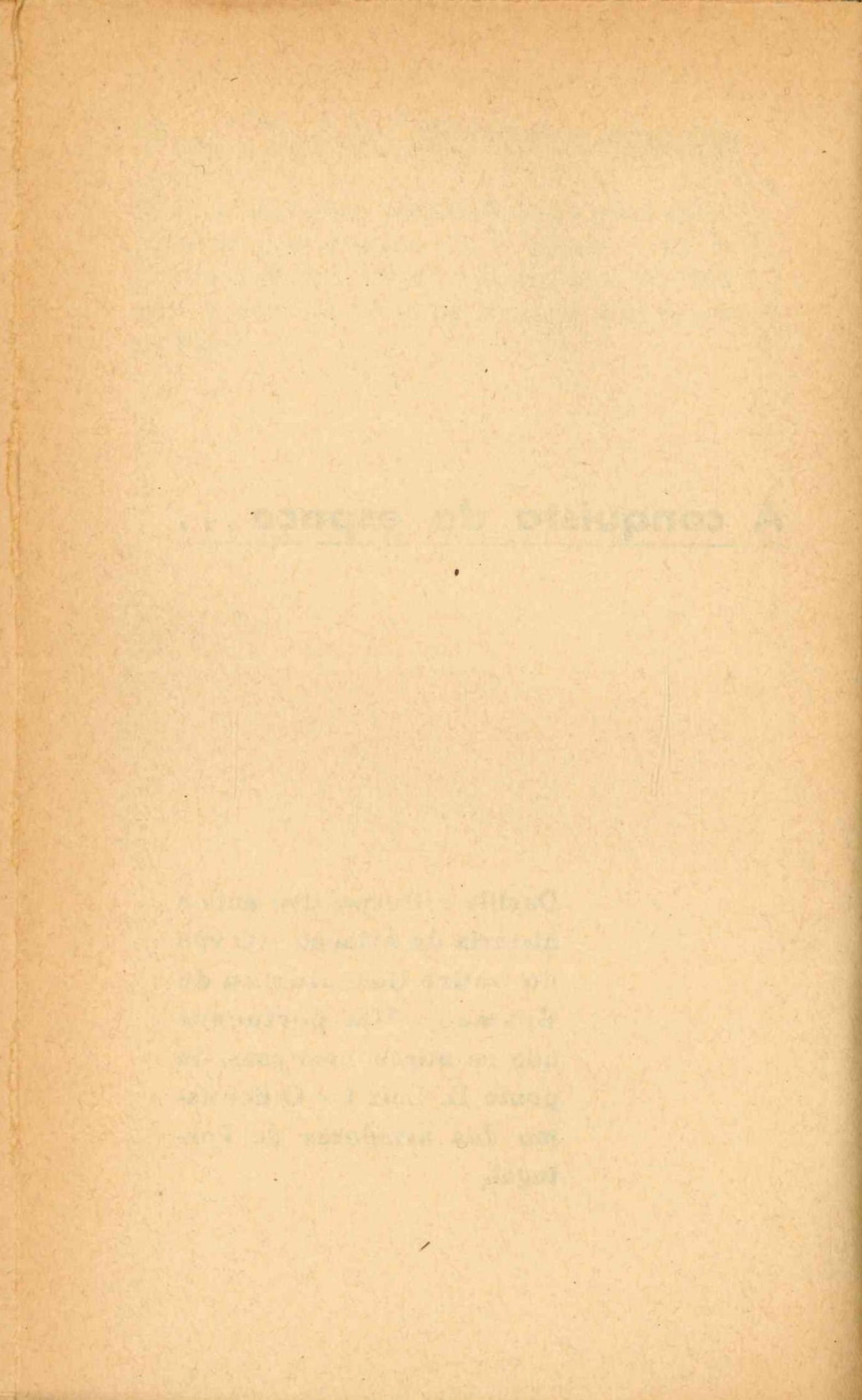
— ¿Porque não se restaura e apetrecha o Pôsto, à entrada da barra do Douro?

E, já que estamos em época de homenagens pessoais e póstumas, ¿porque não mandará co-

locar, o município portuense, uma placa comemorativa com o nome de D. Miguel I, por ter dotado a *Nobre, Invicta e Leal* cidade do Pôrto com o primeiro pôsto de socorros a naufragos do País?

À conquista do espaço ...

Desfile retrospectivo ante a história da aviação — O vôo do padre Bartolomeu de Gusmão — Um portuense que se atirou, com asas, da ponte D. Luiz I — O heroísmo dos aviadores de Portugal.



V

OAR... — a grande aspiração do homem, desde tempos longínquos, recordada e aumentada, quando via, entregue a bucólicas meditações, as aves atravessarem o céu em vôos de elegância e vertigem — deixou de ser, no limiar do incompreendido e deshumano século XX, aspiração, sonho, ilusão ou fantasia, para ocupar lugar vincado, seguro, no campo das realidades científicas, com a vitória do «mais pesado que o ar» sobre os rudimentares princípios da mecânica criadora de diferentes sistemas de equilíbrio em observância e correspondência aos poderes de gravidade.

Portugal orgulha-se de ser o país criador de luminoso caminho para a conquista do espaço. Há duzentos e trinta e dois anos, Bartolomeu Lourenço de Gusmão realizou a primeira ascensão mundial, utilizando a célebre passarola. Depois... Portugal dormiu, desinteressado, com os pés a calcarem essa vitória que apaixonou o mundo. Grandes como guerreiros, gigantes como navegadores, monumentais como educadores e civilizadores a quem pertenceu, no mapa do mundo, o maior quinhão, os portugueses têm inscrito na «História do Ar» o nome a letras de

bronze, patinado pela velhice, porque a êles coube mais êste triunfo: o de serem os primeiros a voar!

A aerostatação desenvolveu-se noutras países, sendo utilizada, militarmente, pela primeira vez, na Revolução Francesa. Os austriacos, em 1848, pretendiam atacar e bombardear Veneza, com o emprêgo de balões. Os exércitos dos vários países foram reforçados com mais esta arma de diminuta eficiência, e em Portugal só nos últimos anos áureos dos esféricos se fêz alguma coisa, militar e desportivamente. Mais uma vez seguimos a tradição: iniciadores de nova ciência, abandonámo-la, esquecemo-la, desprezámo-lo, para lhe voltarmos a pegar nos «fins da moda», recebendo a quâsi como criação alheia. ¡E foi o padre Bartolomeu de Gusmão caluniado, apupado, insultado e considerado indesejável, a quem chamavam Sátã com forma e maneiras de homem! ¡E continua ainda hoje o seu nome ignorado pelo grande público, farto de ver tantos nomes menos prestigiosos gravados em placas de ferro ou mármore, à entrada de vielas, travessas, ruas, avenidas; e bustos e monumentos em jardins públicos e praças, a perpetuarem a memória de «alguns imortais» de celebriidade restrita, cujos nomes não figuram em qualquer História que se imponha nem atravessaram as fronteiras ao encontro de autêntica celebriidade! ¡Pobre Bartolomeu de Gusmão, que sofre, mesmo

no apôs-morte — como tantos outros — da injusta indiferença dos homens!...

* * *

Ao mesmo tempo que vários modelos de aerostatos eram aperfeiçoados e ensaiados, o homem estudou e tentou novos sistemas. Queria liberdade, asas, ir para onde lhe aprovouesse, orientando e dirigindo os seus vôos mais para o Norte ou para o Sul, tendo sob si o casario das cidades, o mar, os rios, as serras e os vales. Tudo que o homem empreende realiza-se. E o homem voou, mais tarde, com asas; andou aos encontrões entre o céu e a terra, dentro de armações frágeis que se estatelavam e partiam, deu tombos, fracturou pernas e braços, fendeu o crânio, quebrou a espinha dorsal, encontrou a morte... mas venceu com a sua teimosia, com o seu estudo, com os seus ensaios, e libertou-se, fêz-se como as aves, — mas aves de longa migração — e foi longe... tão longe... que hoje, progressivo, civilizado, sabedor, utiliza a ciência que construíu, para destruir; aprendeu humanismo e serve-se da ciência para matar; trabalhou para alcançar o apogeu da liberdade e prende com a ciência populações inteiras, amarrando-as ao solo com a morte, amalgamadas, empasteladas, entre telhas partidas, caliça esborroada, madeiramentos quebrados, ferros torci-

dos; enfim, sepultados com as suas habitações, dentro de cujas paredes se venerava o amor à Família, à Pátria, a Deus, ao Progresso, à Civilização e — absurdo paradoxo — à maquinização, que, afinal, aniquila e destrói as inteligências criadoras e os corpos que lhe deram vida. A aviação desportiva desenvolveu-se para prazer do homem insatisfeito e os povos actuais aborrecem-na, detestam-na; a aviação militar aperfeiçoou-se, progrediu, para defesa dos povos, e os povos são com ela atacados e bombardeados. ¡A vida é assim! Não pode haver vitória sem derrota, nem defesa sem ataque.

A primeira tentativa de vôo com asas, com relativo êxito, efectuou-a o marquês de Bacqueville, em 1742. Embora já idoso — contava 66 anos —, anunciou que se lançaria de uma janela de sua casa, situada no «Quais des Théatins», à esquina da «Rua des Saints-Pères», e que atravessaria, voando, o Sena, indo descer no Jardim das Tulherias. Segundo afirmam documentos de autenticado valor, «no citado dia e perante grande multidão, o marquês, munido de duas asas, que, segundo Jules Turgau, pareciam proporcionadas ao peso que deviam sustentar, iniciou o seu vôo, que correu bem até meio do rio. Num dado momento, porém, sem se saber porquê, o infeliz veio cair, pesadamente, sobre um barco de lavadeiras e quebrou uma côxa».

Como Ícaro, um português quis ter, há dúzia e meia de anos, a honra de voar com asas — não de cera mas de pano. Avisou os amigos e mandou a mulher e os filhos esperá-lo, com o almôço, no pitoresco Areíinho, em frente ao Esteiro de Campanhã. O tabuleiro superior da ponte Luiz I serviu de ponto de partida para a «admirável» viagem... para o hospital. Caíu ao rio, fracturou as pernas, não comeu o almôço que o aguardava no Areíinho, não sentiu os abraços dos amigos a apertarem-lhe, entusiasticamente, as costelas e só por grande felicidade não deu que fazer ao cangalheiro.

* * *

No campo do mais pesado que o ar, Cayley, que publicou a primeira teoria mecânica completa do aeroplano; Alphonse Penaud e Otto Lilieenthal, provando que uma hélice accionada por motor de potência suficiente era capaz de propulsionar um aeroplano e mostrando que um piloto hábil podia dirigir um planador e aterravar, correctamente; Clemente Ader, com a construção do seu curioso avião; os irmãos Wright e outros — os nomes são às dezenas — foram os autênticos criadores do avião, que, atingindo a culminância, serve, hoje, de transporte cómodo e quase seguro.

Em Portugal, antes de 1910, apenas se efectuaram conferências. As primeiras demonstra-

ções fizeram-nas em Lisboa, na Cruz Quebrada, os portugueses Raúl Marques Caldeira, Alberto Cortez e Cisneiros de Faria, com aeroplano sem motor. Os portugueses tentaram, mais uma vez, concorrer com a sua cota parte de esforço a favor da ciência. Os primeiros a voar em balão queriam, também, ser dos primeiros a voar em aeroplanos inventados e construídos por si. Depois das demonstrações de Taddéoli e Mamet, Abeilard Gomes da Silva realizou, em 1910, em Tancos, com insucesso, algumas experiências e João Gouveia apresentou à Academia das Ciências e ao Aero Clube (não tínhamos aviação, mas possuímos colectividade, que é o mesmo que «ter albarda sem cavalo») um projecto de aeroplano com dispositivo de estabilidade automática. De 1910 a 1912 as coisas estacionaram, por falta de assistência oficial. Foi neste último ano que se viu, entre nós, desenvolvida a aviação. Dos vários aparelhos importados por compra ou oferta, o biplano de O Comércio do Pôrto foi o primeiro a sulcar o céu de Portugal. A O Comércio do Pôrto se deve — vimo-lo nos jornais da época — o desenvolvimento da aviação em Portugal e a criação de escolas de aeronáutica. Entre as várias notícias que poderíamos transcrever, deixamos aqui esta, publicada em 5 de Outubro de 1912:

— De um distinto oficial do exército, que é, ao mesmo tempo, um ilustre portuense, recebe-

mos a seguinte carta, com cujo alvitre concordamos plenamente:

«Sr. Redactor. — Foi um belo e generoso pensamento a aquisição do primeiro biplano para Portugal, feita pela prestante Creche *O Comércio do Pôrto*. Pode considerar-se auspiciosamente iniciada a aviação no nosso país. Não deve, porém, perder-se tempo em preparar aviadores portugueses, sobretudo para o nosso exército. Por isso, permita-me, sr. redactor, que eu insista para que se abra, sem demora, uma Escola de Aviação, cujo primeiro curso ficaria bem sob a direcção do sr. Trescartes.

Tendo sido do Pôrto que partiu a iniciativa do estabelecimento da aviação em Portugal, aqui deve, em meu entender, funcionar a primeira Escola, etc., etc.

.....

Aos vôos do biplano de *O Comércio do Pôrto*, seguiram-se outros. Portugal começou, então, a ocupar lugar de destaque. O mês de Julho de 1914 foi assinalado com a queda, no Téjo, do «Voisin» que D. Luiz de Noronha tripulava. Esta queda criou o primeiro mártir português de aviação.

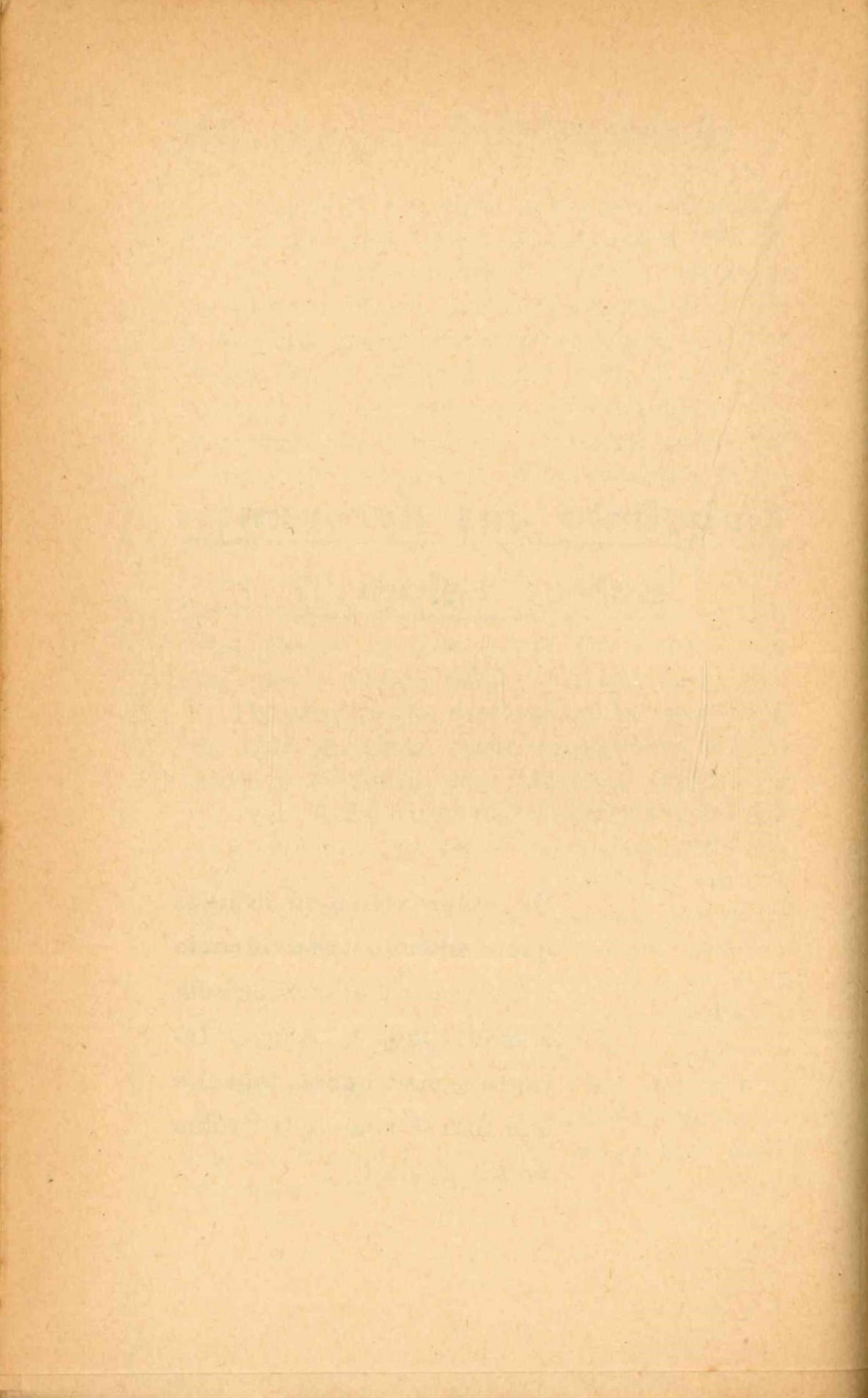
Fundou-se em 1914 a Escola de Aeronautica Militar; tivemos participação nos combates aéreos da Grande Guerra; Oscar Monteiro Tôrres foi o primeiro que tombou, mas com o nome embrulhado de glória. Em 1918, o Estado organizou a Aeronautica Naval. Em 1921, para

experiências do *corrector* de rumos e do *teodolito* «Gago Coutinho», a aviação naval realizou o «raid» Lisboa-Madeira, em «hidro», tripulado por Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Ortins de Bettencourt (actual ministro da Marinha) e mecânico Roger Soubiran. Em 1922, a alma de Portugal, em evocação dos feitos da época quinhentista, foi transportada pelo ar, em palpitação vibrante de entusiasmo, pelos heróicos Gago Coutinho e Sacadura Cabral, num vôo com acidentes, mas admirável de arrojo, que ligou, com abraço mais fraternal, mais íntimo, Portugal e Brasil, duas nações que vivem os mesmos anseios, porque os seus povos têm a correr-lhes nas veias o mesmo sangue luso que os irmana.

Os portugueses, que, a-pesar da imperfeição dos seus aparelhos, foram os primeiros a atravessar o Atlântico, com idênticas «cascas de noz» com motor e asas atreveram-se a ir, quando a aviação ainda era pouco segura, em visita aos nossos domínios africanos e desceram em Bolama, Lourenço Marques, Luanda, Benguela, Dili... Hoje não é preciso heroísmo pessoal: as máquinas são o suficiente. E que mais ambições poderemos ter? A posição de Portugal foi bem marcada, porque os portugueses fizeram os primeiros grandes vôos quando prevaleciam a audácia e o heroísmo a nortear o bom sucesso das viagens aventuroosas que outros não tinham empreendido.

Em quanto uns dormem...
outros velam...

De noite vivem-se dramas
que o silêncio não evidencia
— Os que trabalham durante
a madrugada e os que, du-
rante a madrugada, jogam o
que não é seu — O drama
de um poeta?...



U

MA hora da madrugada: parece que a vida terminou aqui. Muitos milhares de pessoas dormem, descansam das fadigas; entregam-se a sonhos suaves ou agitados, esquecidas do mundo, dos homens, dos acontecimentos, do trabalho.

A cidade dorme — é hábito dizer-se. E quantos, aconchegados aos lençóis da cama, rodeados de comodidades, ignoram o que se passa nas ruas ou em outras casas, onde outras vidas vivem agitações ou se definham com esgotantes prazeres que a boa moral e a sociedade condenam?

Com a noite, a vida da cidade morre, enquanto nasce outra vida, mais forçada, mais artificial. É um motu-contínuo a sustentar a cadência de torturas ou de prazeres, mas uma vida menos compreensível, menos explicável, menos conhecida e, em certos casos, menos legal.

Em contraste com o dia, as ruas, de noite, parecem desertas. Mas há sempre figuras mordedias a povoá-las, a manchá-las com sombras, a despertá-las do silêncio com seus passos sonoros, pesados.

A-pesar-da hora tardia, vivem intensamente os empregados de café, os operários da Carris,

os funcionários do fisco, os guardas que vigiam a segurança pública, os motoristas de praça; vivem intensamente os trabalhadores dos casinos e os músicos dos *dancings*; vivem, como se fosse dia, os membros de profissões inumeráveis, em actividade permanente, por imperativo das necessidades e convenções. Mesmo quando a maior parte das casas são corpos de olhos cerrados, sem brilho, a cidade continua a ser Babel sustentada pela vigília dos que trocam as horas de repouso, fazendo do dia noite... para que da noite possam fazer dia: são os jornalistas, os bombeiros, os telefonistas, os ferroviários, os enfermeiros dos hospitais, as sentinelas dos quartéis, os funcionários dos Correios, os varredores, os padeiros...

Às três horas da madrugada a pasta espessa de nevoeiro, translúcida, recorta, em silhuetas sugestivas, os corpos dos noctívagos que espreguiçam suas dolências pelas ruas ou embalam suas ilusões. Passam por mim pessoas de aspecto equilibrado, mas vejo, também, aleijões físicos, caras aborrecidas de personagens sinistros criados pelo estudo psicológico ou pela fantasia de Dostoiewsky ou de Tolstoi.

De uma caminheta que parou distante saem em grupo homens que falam sem dizer nada; que ralham sem berrar; que choram sem verter lágrimas. Levou-os fora das portas da cidade a ambição; trouxe-os o desalento, com o instinto

de revolta a tomar-lhes os cérebros que procuram reagir em luta acesa, para se animarem a reivindicar direitos a vitórias imaginárias, nos dias seguintes. São boémios jogadores que arriscam o ordenado, uma herança, o dinheiro de um empréstimo, o produto de um penhor, a última jóia de família — tudo com a cegueira gananciosa de receberem a fortuna das mãos do *croupier* que fixa todos os olhares, e atenta em todos os gestos...

Uma mulher que passa, que corre, talvez viva um grande drama. Cabelos desgrenhados, faces deformadas pela dor, ar de alucinação. ¿ Quem sabe se vai fazer levantar do seu leito acolhedor o médico, exigindo-lhe que salve o seu filho, o seu marido ou a sua mäi vélhinha ? ¡ De noite, vivem-se grandes dramas que o silêncio não evidencia ! De noite a vida é outra, mais violenta, mais dinâmica, mais esfalfante !

* * *

Às quatro horas da manhã ainda se trabalha nos jornais. As páginas entram nas rotativas que vomitam maços e maços de papel impresso. Saem uns do serviço ; entram outros : saem os redactores, os revisores, os tipógrafos ; entram os impressores, os expedidores para os combóios, os distribuidores. Uns acabaram o

seu dia, outros vão principiá-lo; uns deitam-se, outros levantam-se; uns descansam, outros trabalham.

O leitor, ao acordar, tendo à cabeceira da cama o jornal sujo de tinta fresca, ainda quente, saído há minutos ou há escassas horas da máquina que lhe pintou caracteres gráficos e ortográficos, ignora como se fizeram aquelas páginas e protesta quando vê gralhas e exalta-se quando uma notícia ou um anúncio de seu interesse não saiu como queria!...

* * *

As quatro da manhã, em dia de feira, são já muitas as mulheres que aguardam, ao relento e ao frio que atravessa os ossos, a abertura dos mercados. Junto às portas do Anjo e do Bolhão, fixaram-se, enrodilhadas, logo ao princípio da noite, humildes vendedeiras de hortaliça e de frutas. Os negócios vão maus — disse-me uma a quem acordei e fiz levantar do chão. E, como os negócios vão maus — continuou — enquanto uns ficam nas terras a colhêr as couves e as frutas, nós vimos cedo, ¡vimos de véspera! guardar vez para têrmos bom lugar.

Se o leitor ainda não reparou, tire-se dos seus cuidados e passe, especialmente nos dias de feira, durante a madrugada, junto à porta do mercado do Bolhão, pelo lado da Rua Fernandes

Tomaz. Passe e verá, à uma hora, às duas, às três, às quatro e por aí fora, mulheres confundidas com cestos e cestos confundidos com mulheres. Enganam o sono — mas não dormem. Essas mulheres vivem uma outra vida, a vida de forçados, sem que o povo o saiba ou lho agradeça. E de manhã, quando o Sol lava com projeções de luz o chão e desinfecta o ar, a dona de casa ou a serviçal vão ao mercado comprar, ajustar e marralhar, sem visionarem o trabalho que as coisas deram e os sacrifícios que consumiram as lavradeiras, gastando-as e envelhecendo-as.

* * *

Uma jornada pelas ruas desertas, durante a noite, é lição de ineditismo e põe-nos em contacto com cenas extraordinárias de heroísmo pessoal.

Quem se deita de manhã, por dever de ofício, é um herói. Mas, a-pesar disso, um colega que habitava num quarto alugado, na Foz do Douro, não podia dormir porque a criançada do vizinho de cima fazia, à hora a que êle se deitava, tamanha algazarra, que era impossível conciliar o sono. Aos pedidos e aos protestos de silêncio, respondiam-lhe sempre:

— Não seja vadio. Deite-se cedo! Não ande de noite!

— É que eu sou jornalista... trabalho até tarde...

— Já sabemos... já sabemos... Isso é boa desculpa, mas não pega. Não seja vadio! Deite-se cedo! Não ande de noite!...

E o «infeliz» colega, que regressava à Foz no primeiro «eléctrico» da manhã, teve de mudar de quarto para poder dormir. Aquela família não se podia convencer de que um homem fôsse obrigado a trabalhar de noite. ¡ Que santa ingenuidade !

* * *

À falta de assunto melhor, passeei as ruas desertas, numa das últimas madrugadas, para coligir quatro ideas. Estava pensada esta reportagem, e, quando recolhi a casa, havia prédios que sorriam diante dos cortinados abertos, com os olhos escancarados, para que a luz da manhã entrasse por êsses rasgões, por êsses buracos, por essas fendas, a que a arquitectura convencionou chamar janelas.

.....
No caminho, vi a chorar, encostado à ombreira de uma porta, um rapaz, baixo, fonzino, com melena puxada ao lado, caída sobre a testa. ¿ Boémio? Não! Era um poeta, um romântico, um inconformado com a sorte que Deus lhe dera. Sem reparar em mim que passava a observar, o rapaz sustentava nas mãos alguns pedaços

de papel e lia, declamava, fazia gestos. Devia ser grande o seu drama, porque dos papéis que talvez outro tivesse escrito, ainda ouvi recitar: «... a estas horas, na terra molhada do pequenino cemitério de Sines, ao pé do mar, dorme e repousa o corpo virginal e frio daquela doce rolinha que em vida foi noiva e foi menina...»

¡ Talvez lhe tivesse morrido a noiva... talvez! ...

.....
De noite vivem-se grandes dramas que o silêncio não evidencia! De noite a vida é outra, mais violenta, mais dinâmica, mais esfalfante!...

**No reino de Dahomé, de hábitos e
costumes excêntricos, faziam-se
festas supliciando escravos**

**Como o tenente português
Lourenço da Rocha, viu, há
pouco mais de meio século,
uma dessas festas extra-
gantes.**

DAHOMÉ, pequeno país que esteve ligado aos domínios portugueses no início da sua colonização africana, tem na história da escravatura e dos actos selvagens dos povos primitivos, páginas tétricas, arripiantes, escritas serena e imperturbavelmente com tinta sanguínea, derramada das veias saudáveis dos pretos supliciados para o saciamento de caprichos ou para satisfazer os preceitos e as crenças populares em dia de festim.

Vindos do norte, depois de atravessarem as montanhas quase intransponíveis que fecham o vale do Níger, ao sul, instalaram-se nesse condado, anexo à Guiné, diversas raças dominadas pelos mesmos hábitos e costumes: *Fellaths, Foulahs, Cruz, Achanti, Faustis* e outras, a quem sarracenos ou vândalos perseguiam ferozmente.

* * *

Os primeiros contactos com povos europeus devem-se à audácia de portugueses aventureiros que lá se estabeleceram com quitandas, vendendo, por troca com escravos, panos de côres

garidas, que tanto interesse despertavam na curiosidade dos negros.

Dahomé, protectorado francês há cerca de meio século, tem uma cidade, capital de todo aquêle pequeno império que não mede mais de vinte quilómetros de circunferência.

Ainda há poucos anos se isolava do restante, montanhas e vales, por um muro alto, argamassado com barro e com água, protegido por largo e fundo fôsso que servia de fortaleza a impedir a invasão de raças desconhecidas.

Terra de lenda e de sonho, de feitiços e de coisas mais, lembra histórias de vélhas fadas e de mouras encantadas. «Tôda morte», envolta em manchas acentuadamente marcadas do Além, descivilizada, tinha, em tempos que não vão muito distantes, o capricho de exibir, expostas sôbre os muros da cidade, cabeças humanas, algumas ainda carnudas e ensanguentadas, arrancadas, impiedosamente, aos inimigos que se atreviam a devassar os seus domínios, ou cortadas às vítimas sentenciadas nos grandes sacrifícios...

* * *

Quando, de comum acôrdo, alguém visitava Dahomé, era esperado na praça principal pelo rei negro, que, dentro do seu «kiosco» feito de troncos adelgaçados e coberto com um teto cir-

cunferencial, se fazia anunciar pelo seu Estado-Maior e pelos seus servos...

A pouca distância, algumas construções, pequenas, tôscas, garnecidas com esqueletos humanos e pintalgadas de sangue, serviam de aquartelamento ao rei. Em sítio reservado viam-se árvores de diversas espécies, plantadas em circunferência: era o chamado *feitiço*. Em sua volta desencantavam-se os visitantes, passando três vezes, religiosamente, compenetrados da alta importância do acto. Só depois iam junto do rei, que habitualmente ostentava na cabeça um barrete de sêda e veludo, bordado a ouro, ornamentado imperialmente com um meio sol e com uma meia lua de metal amarelo.

Trazia os pés envoltos em correias garnecidas com pedras finas e com metal rebrilhante, usando calções curtos a cobrir-lhe as pernas, e um manto de côres vivas a pender-lhe dos ombros.

* * *

Há 58 anos o tenente Lourenço da Rocha, governador português na costa da Guiné, saiu do forte de S. João Baptista, de Ajudá, a-fim-de interceder junto do rei do Dahomé para que fôsse libertado um contrabandista de escravos e fazendeiro português.

O rei quis então obsequiá-lo com a assistência à tradicional «festa do costume» que todos

os anos se realizava e se repetia nos momentos de maior solenidade. Essa festa macabra relatou-a em 1879 o brilhante cronista Alberto de Cervãis, sendo dêle os períodos que se seguem:

Quando o tenente Lourenço da Rocha e os soldados portugueses chegaram à grande praça, estava ela cheia de gente, na maior parte armada.

Sobre uma varanda de madeira e alta como um primeiro andar, estava o rei.

O governador português foi cumprimentá-lo e tomou o lugar que lhe designaram.

Então o pregoeiro, ao lado, começou com voz estridente e com gestos a explicar ao povo que muitos homens iam morrer, ao passo que o rei atirava sobre a multidão punhados de búzios, caurios e bocados de fazenda de côres. Em baixo, a pequena distância, estava-se amarrando grande quantidade de negros, silenciosos, que, com os olhos desvairados, olhavam intrépidamente a cena.

Grandes cestos começaram então a ser trazidos à cabeça até junto do rei. Em cada cesto, amarrado e envolvido em cordas e panos, vinha um homem. Só a cabeça saia distinta e aterrada da massa informe, onde apenas se viam movimentos convulsos e contraídos.

Esses cestos eram postos na borda da varanda e o rei, com a mão, fazia-os cair em

baixo, na praça cheia de gente. Aí o mingá que era ao mesmo tempo o ministro e o carrasco, levantava a sua espada enorme, cuja fôlha tinha sobre si — para se tornar mais pesada — um grande pássaro de metal, e com ela, dum só golpe, degolava cada vítima.

Segundo afirma o mesmo cronista, esta festa ia custando a vida ao tenente Lourenço da Rocha e aos seus soldados, porque, horrorizados com o espectáculo, abandonaram o lugar de honra que lhes fôra destinado.

O povo protestou violentamente, ameaçando de morte os portugueses, que, no dia imediato, tiveram de ver, mas desarmados, o final do espectáculo...

O mingá continuou então a cortar centenas de cabeças dos cestos atirados da varanda pelo rei, enquanto enorme multidão pretendia assaltar as vítimas e despedaçá-las, como era seu autêntico costume.

Os corpos dos homens supliciados para homenagear fôsse quem fôsse, eram levados — segundo afirmou Lourenço da Rocha — para uma vala, fora das portas do Dahomé, onde as aves de rapina e as feras saciavam a fome, comendo-os em poucos dias.

As festas do S. João
vivem na alma do povo

A arreigada tradição das
Fontainhas — As cascatas,
as «rusgas» e a ronda pelos
mercados... para a compra
do mangerico...

FNCHEM-SE as ruas de cânticos. A fantasia e a arte do povo, irmanadas, são postas à prova nesta época em que se lembra, com festas pagãs, o nascimento de S. João.

O nome do Santo Precursor anda de bôca em bôca, em quadras simples — cantares colecionados no folclore nacional e que o povo, sentindo-se trovador, vai ampliando, de ano para ano, com engenho e arte, trabalhando a redondilha, por vezes com estilo mavioso e apaixonado, impregnado de impressionante e musical lirismo.

Ao cantar-se o S. João cantam-se amores que se querem e amores que se desprezam; cantam-se «Manéis» e Marias; canta-se a água das fontes; cantam-se as fogueiras e as orvalhadas, e tece-se um hino ao manjerico, aos cravos, à alcachofra, à alfazema e ao rosmaninho:

*«Não há S. João sem cravos,
Alfazema e rosmaninho ;
Nem coração que se preze
Sem moçoila no caminho»*

Andando em roda-viva, da alta para a baixa e de bairro para bairro, grandes e pequenos, pobres ou endinheirados, todos perdem a noite, não deixando que morra o vélho costume de lendária tradição. As festas do S. João vivem na alma do povo e o povo vibra com elas, eloqüentemente, tomando-as como motivo para expandir alegrias, num esquecimento quási total das amarguras que, porventura, possam ennevoar-lhe o espírito e entristecer-lhe a alma.

«*Ardem fogueiras benditas
Nas noites de S. João...*

.....»

e especialmente na Cidade Invicta, que há longos anos escolheu o S. João para seu feriado concelhio, vêem-se fogueiras em muitas ruas — nas ruas e bairros de gente humilde, é certo — onde uns se aquecem, outros fazem roda e outros ainda, dotados de espírito mais folgazão, saltam, malabaristicamente, com os seus pares:

«*Porque à volta da fogueira
Chegaste os lábios aos meus,
Fizeste andar os meus beijos
Toda a noite atrás dos teus...*»

As festas do Santo Precursor têm especial encanto para as crianças, que, com um boneco

tôsco, de barro grosseiro nas mãos, assaltam com enternecedora pedinchice quem passe ao seu alcance, mendigando «um tostãozinho para o S. João». Esse encanto traduz-se, aos olhos de quem quere ver, nas cascatinhas ingênuas, semeadas por tôda a parte, nas soleiras das portas ou nas beiras dos caminhos. Bonecos de barro, casario de cartão e ponte sobre imaginário rio onde quási sempre mergulha o fio de um caricato «pescador», são o sonho de muitas noites, em que as crianças santamente visionam felicidades sem fim:

*«S. João de barro tôsco,
S. João dos pequerruchos !
— Quanta graça anda convosco
Nas cascatas com repuxos ! ...»*

* * *

Parece que era em qualquer local de Cedofeita onde se reúnia o povo, primitivamente, na noite de S. João. Fazia-se a festa pagã e celebravam-se actos religiosos, registando-se com freqüência desordens rijas que terminavam com a intervenção das autoridades. As grandes concentrações dos rapioqueiros mudaram mais tarde para a Lapa e da Lapa para o Bomfim, e, finalmente — um finalmente que data de há longos anos — para a Alameda das Fontainhas.

Assim se justifica, em parte, uma quadra que alguns vélhos ainda cantam:

«*O S. João foi à Lapa ;
Da Lapa foi ao Bomfim,
E viu tudo embandeirado
Com bandeiras de cetim».*

«Como se arreigou na alma do povo o S. João das Fontainhas? Não pode saber-se concretamente, mas, segundo diz a lenda, os moradores pobre das imediações utilizavam o local, considerado românticamente aprazível, para fazerem nêle aparatosa cascata à volta da qual vendiam café quente, águardente e pratos com aletria. A fama deu volta ao burgo e o povo, em rusgas, com balões dependurados em ramalhos, depois de percorrer as ruas, ia dar fim à sua peregrinação de arrulado, visitando a cascata e lavando a cara na fonte que o município há anos mandou restaurar.

A cascata acabou; deixou de se vender o café quente, a águardente e a aletria, mas o povo — talvez pelo aprazimento da Alameda — nunca mais abandonou as Fontainhas nas noites de S. João.

Em 1924, habitantes humildes da «Ilha» da Pedreira constituíram-se em comissão e fizeram a primeira festa. Modesta foi ela, mas serviu de estímulo para que outros tomassem mais

tarde êsse encargo sobre si, e agora, o S. João das Fontainhas, ocupando lugar de destaque no calendário festivo da cidade, é motivo de atração que faz afluir ao Pôrto milhares de forasteiros.

Além das barracas de *comes-e-bebes*, diversões, louça, tiro ao alvo e cascatas, merecem especial admiração as ornamentações, iluminação e o fogo de artifício, que, queimado na Serra do Pilar, constitue sempre apoteose de côr e de luz em moldurada no lindo cenário, enquanto os «ranchos» não se cansam de cantar:

«*Por ti meus olhos andaram
Durante a noite perdidos,
De manhã fui dar com êles
Dentro dos teus... escondidos*».

«*S. João fica contente
Ao escutar as cantigas...
Que são a alma da gente
Na boca das raparigas...*»

* * *

Para as poucas pessoas que o ignorem, é oportuno transcrever, embora em síntese, a narração do Evangelho, na parte que se refere ao Santo Precursor:

«S. João Baptista era filho do sacerdote Za-

carias e de Isabel, nascido na tribo de Judá e morto em Macherus (Palestina) no ano de 31. Logo na sua primeira mocidade retirou-se para o deserto, onde viveu na prática do jejum e da oração. A 29 depois de Jesus Cristo, foi às margens do Jordão pregar a penitência. Tendo Jesus ido pedir-lhe o baptismo, apontou-o à multidão como o Messias e o Cordeiro de Deus. Mandado à corte de Herodes Antípaso, tetrarca da Galilea, exprobou a êste príncipe os escândalos da sua vida e foi encerrado na fortaleza de Macherus. Entretanto Herodes não ousava atentar contra a sua vida. As solicitações de Salomé venceram a sua repugnância. Mandou então decapitar S. João, cuja cabeça foi levada num prato a Salomé. Os discípulos de S. João recolheram o seu corpo, que depositaram em Sebasta, antiga Samaria, no túmulo onde repousam os profetas Eliseu e Abdias.

«O suplício de S. João é atribuído pelos historiadores aos perigos políticos e sociais entrevistos por Herodes nas prédicas audaciosas do asceta. A Igreja Católica celebra, a 24 de Junho, a Natividade de S. João Baptista e comemora a 21 de Agosto a sua morte.

* * *

À noite, na véspera de S. João, as rusgas de rapazes e raparigas, de homens e mulheres,

com bombos e violas, com ramalhos e balões, com bandeiras e bonecos — à paisana ou com fatos especiais — animam a cidade e as Fontainhas, indo, ao clarear da manhã — à mistura com muitos milhares de pessoas menos entusiastas — aos mercados do Anjo e do Bolhão, onde o manjerico, o alho e as ervas «santas» são disputadas das mãos das lavradeiras...

E, quando, já dia, chegam a suas casas, cansados mas satisfeitos, todos concordam com a quadra que uma poetisa escreveu:

*«Tôda a linha do Destino
Cabe na palma da mão ;
Todo o folguedo dum ano,
Na noite de S. João».*

As festas do S. João vivem na alma do povo e o povo vibra com elas, eloquientemente, tomando-as como motivo para expandir alegrias, num esquecimento quase total das amarguras, que, porventura, possam ennevoar-lhe o espírito e entristecer-lhe a alma...

Uma noite pela Sé e pelo Barredo

Tema de todos os tempos,
que serve para evocação do
Pôrto na Idade-Média.

DUAS horas da madrugada. As luzes da cidade, associando-se à escuridão da noite, são raras e fracas nas ruas mais centrais e são ainda mais fracas e mais raras nas ruelas tôscas, tortuosas e menos limpas, onde habita a gente da mais ínfima classe social e onde abundam gatos famintos, esqueléticos, que procuram repasto no lixo lançado ao pavimento desnivelado do caminho.

Amante do silêncio, percorro tudo, madrugada fora. Atravesso as ruas como quem foge à perseguição de malfeiteiros, para passar dolente, vagarosamente, os estreitos e ambíguos caminhos, repletos de sinuosidades, ladeados por casas antiquadas, tôscas, a desconjuntarem-se — casas que são o *ex-libris* duma época que atrasadas gerações nos legaram e que agora servem para recreio visual e confronto com o que é moderno, actual, civilizado.

* * *

Durante esta peregrinação — uma peregrinação como tantas outras que tenho feito pela cidade adormecida sob o céu com estrélas fos-

forescentes, enluarado, marcando tons violeta-escuro no pavimento onde se desenham silhuetas multiformes dos prédios citadinos — encontrei, também só, deambulando doentamente, ao acaso, alguém que me cumprimentou, talvez receosamente, dizendo-me :

— Têm-me contado coisas admiráveis da vida nocturna desta cidade. Asseguram-me que, enquanto o povo trabalhador se refaz de um dia inteiro de canseira, dormindo em suas casas tranqüilamente, um outro povo — menor, mas de interessante psicologia — debate-se, intoxicando os pulmões numa outra vida, deprimente, quase miserável; uma outra vida a que chamam de boémia, de prazer, de insaciabilidade...

Mas que pretende de mim ?

— ... que me indique alguém para me pôr em contacto com o enigma, com o «ignorado» da grande população.

E prosseguiu :

— Não sou daqui. Sou estudante da província, vivido entre a família. Submetido a todos os cuidados e velado ante todos os mistérios, não posso compreender com facilidade dramas que me contam; tragédias que vejo descritas nos jornais: casos, cenas, atitudes, motivos que me vão surgindo dispersos...

O ingênuo estudante da província calou-se por um momento — parecia excitado — e como

causasse estranheza ao meu espírito a sua abordagem e a sua confissão, continuou:

— Conheço-o; conheço-o porque o vi na minha aldeia gozar de simpatia e de prestígio perante o nosso abade, o nosso regedor, os fidalgos da Barroca. Vi-o querido; vi-o desejado para piqueniques, para jantares, para caçadas.

E com um supremo esforço de coragem:

— Quero estudar essa vida no que ela tem de mais misterioso. Quero experimentá-la, fazer vibrar os meus nervos e abandoná-la depois, repudiantemente — quero esquecê-la.

— Pois bem. Sou eu a pessoa indicada para o acompanhar. Se quiser, mête o braço e deixe que o leve para a viagem... da tortura da alma e do físico.

* * *

São três horas. A noite, tépida e sem vento, é propícia a explorações emotivas. Ando umas centenas de metros. Chego à Ribeira e aximo-me da beira-rio, olhando o sereno das águas que reflectem esteiras de luz amarela das lâmpadas da margem. O tráfego está paralisado. Na ponte, passam, de longe a longe, com a velocidade de relâmpagos, automóveis que atravessam para o Pôrto ou para Gaia. Ando mais uns passos e vejo, adiante, o guarda-fiscal que perscruta os nossos movimentos. Prossigo

na jornada. Remiro de novo as águas e observo, agachando-se, escondendo-se à proa duma barcaça, um vulto estranho.

— Será o homem encarregado de guardar a mercadoria durante a noite, que se acolhe, naturalmente, ao abrigo do encerado? — Será algum membro disperso da infindável legião dos «filhos da noite», que prepara o roubo da mercadoria? Seja o que fôr. É a vida. Vida agitada, de incerteza para uns e para outros.

O meu companheiro, estudante ingênuo da província que nada percebe do assunto, estremece.

— Não tenha mês — digo-lhe baixinho.

E encostando os meus lábios ao ouvido do lado esquerdo:

— Para o seu estudo a vida começa aqui.

E apontando a barcaça que nos prendeu a atenção:

— ¿Quem sabe se está ali um homem que deixou a família em casa, abrigada entre as quatro paredes de um quarto mal coberto a telha, a lousa ou a chapa canelada, e que se sujeita ao relento da noite de hoje, da noite de amanhã, de tôdas as noites, para ganhar, honestamente, o seu pão e o pão para os seus filhos?

— ¿Quem sabe se está ali um vadio, um viciado, que, escondido do guarda-fiscal e dos guardas particulares ribeirinhos, procura roubar não só para comer mas muito especialmente

para se embebedar e para jogar o dinheiro às cartas no vão de alguma escada ou na esplanca de algum tasqueiro?

O meu companheiro, empalidecendo agarra-do ao meu braço protector, interrompeu:

— Se a vida começa aqui, continuemos.

E, murmurando, aturdido:

— É a vida... é a vida...

* * *

Ao longe passam, vagarosamente, dois vultos. Distingo-os pelo luzir avermelhado da ponta acesa dos seus cigarros. A meu lado, muito agarrado, quase dependurando-se no meu braço, o estudante ingênuo da província esboça uma pergunta. Não percebi o que disse, mas, para reatar conversação, apontei-lhe a entrada da rua da Nova Alfândega e disse-lhe:

— Há 70 anos, meu amigo, existiu naquele sítio, antes da abertura da rua, um café-*dancing* com celebridade de norte a sul de Portugal.

Um amigo íntimo de meu Pai, já vélho, de-crípito, com o cansaço natural dos seus oitenta e poucos anos, contou-me um dia, pintado com palavras berrantes — água-forte dum espírito irreverente de boémio — o que foi êsse centro de reuniões, onde se faziam de bacanais agora, inconcebíveis. Era conhecido pelo «Botequim

do Pepino». Lá dentro tocava-se, dançava-se e berrava-se furiosamente durante a madrugada; havia consecutivas cenas de pancadaria e por fim os seus freqüentadores dormiam estirados no pavimento emporcalhado, quando a accção do alcool lhes fazia perder o equilíbrio físico.

A sua freqüência era constituída por marinagem estrangeira, por rameiras e por outra gente da pior espécie «e tinha-se como certo que nele eram embriagados e pela calada da noite atirados ao rio Douro, depois de roubados, os marinheiros russos, ingleses, alemãis e outros que tivessem dinheiro nas algibeiras».

A polícia exercia sobre o «Botequim do Pepino» fiscalização rigorosa, mas isso não evitava que se cometesssem casos recamboescos, aterradores, que o imortalizaram.

E, a completar o descriptivo que aterrava o meu companheiro:

O proprietário do estabelecimento — soube-o depois por velho escrito — chamava-se António Pereira Pôrto, por alcunha «O Pepino». Enriqueceu — dizem os documentos — e tanto, que tinha a faculdade de *adivinar* os dias e as horas em que a polícia iria *assaltar-lhe* a esplanca.

Em 1871 a casa foi demolida juntamente com outras, para se abrir a rua que vê ali.

* * *

Fazer uma incursão sob os Arcos da Ribeira e subir as Escadas do Barredo; cruzar, seguidamente, as vielas da Sé; contemplar, da Catedral, o empastelamento panorâmico da cidade escurecida; olhar o local onde esteve erguido o Arco de Sant'Ana que Almeida Garrett imortalizou; procurar, seguidamente, a casa onde viveu Garrett; contemplar esbatida na pasta negra da noite a frontaria majestosa, de arquitectura simples (obra baroco-jesuíta, séculos XVI-XVII) da Igreja dos Grilos; evocar os personagens quinhentistas que viveram naqueles sítios e habitaram aquelas casas sombrias e altas, muitas delas com paredes fendidas pelo tempo, são motivos de sedução que poucos, muito poucos, têm gozado durante a madrugada.

Agora, mais limpas e saneadas da escumalha de bandidos, as vielas tortuosas e mal empedradas da cidade vélha já não têm aquèle sabor de antigamente. Por elas já se passa sem motivo de receio, mas estremece-se, ainda, quando só e pela calada da noite se depara com uma sombra movediça em recanto sem saída e se adivinha barulho que mexe com a nossa sensibilidade, fustigando-nos os nervos.

Foram a Sé e o Barredo, na Idade-Média, locais perigosos onde à noite passeavam ladrões — salteadores e românticos apaixonados que se

viam traídos nos seus amores. Ali se travaram lutas sangrentas a punhal, à navalha ou à espada até tombar o mais fraco. Ferido de morte, o vencido ficava no chão, torcendo-se com dores, vertendo o sangue até à última gota, para o seu cadáver ser encontrado ao amanhecer pelos transeuntes e pelas autoridades locais. Sem formalidades de maior e sem investigações que incriminassem o assassino — quase sempre sem responsabilidade civil imputada ao causador da morte — era o corpo enterrado com a máxima simplicidade, como o de um vencido, ficando o miserável vencedor com liberdade de acção para mais façanhas de idêntico quilate.

Foram assim a Sé e o Barredo. Foram assim a Mouraria, Alfama e o Bairro Alto. E foram assim, porque alguns soberanos, príncipes, condes e todo o género de fidalgos, em eras remotas se entretinham durante a noite a cometimentos iguais, depois de desregrada boémia em que a linhagem era tinta de sangue e salpicada pela podridão lamacenta das mais extravagantes imoralidades...

Agora os tempos são outros. Desapareceu esse panorama trágico das noites da Sé e do Barredo, mas ficou como recordação perdurable do passado inesquecível esse amontoado de casario em ruelas sinuosas, mal empedradas e com gatos famélicos lambuzando-se em monturos de lixo.

O meu companheiro ouve o descritivo que faço em tom de professor que da cátedra dá uma lição.

— É quase dia! ¿ Quando voltaremos a andar de noite para estudar a vida?

Nunca mais! A vida é o bem e é o mal: se assim não fosse, este mundo tornar-se-ia monótono, sem interesse, sem cambiantes.

— ¿ Mas como e onde é que outro povo, de interessante psicologia, intoxica os pulmões numa outra vida a que chamam de boémia, de prazer, de insaciabilidade?

Nos tascos, em casas suspeitas, nos *cabarets* e em espeluncas com mil e uma designações, onde a Moral não conta e a Alma é vendida ao Demónio!

A tais lugares não o acompanho — não o acompanho nem deve tomar contacto com êles. O mal contagia. A perversão atrai e, por vezes, domina os espíritos para quem os bons exemplos não têm importância. Continue — para seu bem e para bem da sociedade — a desconhecer a vida sob os seus aspectos miseráveis...

.....
¿ Que coisa melhor se poderá ser do que ingênuo estudante da província?

O «Portugal dos Pequeninos» em Coimbra

é a miniatura duma cidade maravilhosa, onde estão representadas, caracteristicamente, tôdas as cidades de Portugal.

ATRAVESSAMOS uma época excepcional de auxílio e protecção à criança. É admirável esta política humaníssima do espírito e do coração. Olhar pelas crianças é um dever imposto à consciência dos povos civilizados, especialmente agora, neste tumultuoso século que muitos acusam de desastrado e de socialmente imperfeito.

Referindo-se a este transcendente problema, um sábio ilustre — o Dr. Costa Sacadura — mostrou o que é conveniente e preciso fazer em prol daqueles que amanhã serão legítimos continuadores da História gloriosa desta Pátria de heróis, concluindo o seu pensamento com as palavras lapidares: «Um português mal nascido, mal crescido, mal vigiado fisicamente — não digo moralmente, porque isso é outro gravíssimo problema, aliás paralelo ou continuado — é um peso morto mais tarde, um encargo financeiro em asilos, hospitais, manicómios, albergues e cadeias... se escapar ao cemitério, é claro».

Da boa saúde do corpo e da alma das crianças depende, de-facto, o futuro das nações. E no nosso País o Estado e os organismos particulares têm cuidado devotada e evangélicamente dêsse magno problema, a ponto de merecerem

não singela referência mas sim referências largas, com elogios desmedidos.

Em Portugal, a criança pobre já não é, absolutamente, aquêle esfarrapado estôrvo, descuidado, sujo, deseducado, raquítico, comovente e envergonhador, que se rolava pelo chão, tanto nas ruas movimentadas das cidades como nos mais recônditos lugares da província. Têm-se rehabilitado as mulheres e os homens do futuro, para quem não faltam, de certo modo, desde o seu nascimento até aos primeiros anos da sua adolescência, atenciosos cuidados.

Ainda se conhecem muitos casos confrangedores; ainda se vêem — e porque não confessá-lo? — crianças ao abandono.

¿Mas de quem é a culpa? Do Estado? Dos organismos particulares?

A culpa não cabe, declaradamente, a alguém. Nos casos isolados, ou são culpadas as mães que não têm cuidado e não freqüentam com os filhos as secções de puericultura existentes em toda a parte, ou deve-se essa desventura ao princípio filosófico, tão rebatido, que nega a liberdade da alma e atribue todas as infelicidades ao fatalismo.

Desfilam pelas secções de puericultura milhares de crianças pobres. Milhares de crianças recebem assistência médica e usufruem altos benefícios, que vão desde o leite para seu sustento até às roupas que as agasalham. Depois há

creches, preventórios, internatos, parques infantis e escolas. Talvez não haja ainda o suficiente, mas já há muito. Talvez ainda não chegue o bem que fazem às crianças, mas esse bem multiplicar-se-á com o rodar do tempo, até tornar-se eficiente a sua aplicação. É esta, pelo menos, a convicção dos que olham para as crianças com ternura especial, visto que, como bem disse o professor Dr. Paulo Pombo, *o educar a alma de uma criança deve assemelhar-se a escrever num cristal com um diamante: verdades límpidas em traços puros.*

* * *

Nas cidades da Virgem e de Ulisses, em Coimbra, Figueira da Foz e Alijó, em muitas outras cidades e vilas, os parques infantis impõem-se à admiração das crianças que os utilizam, trocando os perigos moral e físico das ruas pelo bem estar nesses pequenos paraísos, onde confraternizam, a cantar e a dançar ou a brincar nos balouços e artifícios vários que a imaginação do homem concebeu para recreio e prazer da petizada.

«Há tanta poesia no sorriso de uma criança como no brilho de uma estréla» e «cada alma arrancada à miséria é uma luz a iluminar-nos o caminho que nos leva a Deus». Estes dois conceitos profundos, que fizeram carreira, são tidos

em aprêço pelas almas boas e empreendedoras. E Coimbra, pela quantidade das suas obras, pode considerar-se, neste capítulo, cidade modelo.

O «Portugal dos Pequeninos», sonho grandioso a que o dr. Bissaia Barreto deu realidade, ergue-se em Santa Clara ao lado da Quinta das Lágrimas, onde os choupos e os salgueiros chorram os trágicos amores de D. Pedro e D. Inês. É o maior álbum real, a lição prática mais convincente da grandeza histórica da nossa Pátria. País miniatura, o «Portugal dos Pequeninos» contrasta e dá vida ao local bucólico, fronteiro à cidade dos doutores, e dêle

*«Vê-se o rio Mondego deslizar.
Lá vai, adormecido entre salgueiros,
Ser a onda mais branda que há no mar».*

* * *

Desta Cidade das Crianças, que nos impressiona e encanta, disse Tomaz Ribeiro Coilaço: *O Parque é uma aldeia pequenina. Ou melhor: a miniatura de uma cidade maravilhosa, a que todos os recantos e tôdas as actividades de Portugal tivessem dado o seu tributo característico. Ao longo de pequenas avenidas, pousaram, como ordeiro estendal de pombas brancas, umas dezenas de casas; edifícios que terão dois a três metros de altura, e*

são reduções de casas genuinamente portuguesas das diversas províncias. Aqui a casa do Algarve ergue ao céu o rendilhado caprichoso da sua chaminé; o solar da Beira alonga à altura dos nossos ombros as suas janelas de granito; o veio de água que atravessa a aldeia é ribeiro que move uma azenha, para ser mais longe arremêdo de mar junto ao qual se ergue, com sua garridice branca e vermelha, o farol de Aveiro. Sobre uma colina, um moinho de vento — junto a cuja porta há mós de sobrece-lente — move a cruz pequenina das suas velas. Sob outra, há galerias de minas especadas com troncos, um pequeno «Decauville» e carvão verdadeiro de S. Pedro da Cova... em redução exacta do que ali se veria... e a que deram o nome de «Minas do Cabo Mondego».

Depois de se atravessar o portão de ferro que monumental coração filigranado ornamenta, o nosso coração — o coração de toda a gente — fica preso ao que os olhos fixam. Da característica capela de aldeia à catedral de vetusto aspecto, com biblioteca e claustro de convento; desde as casas da Beira Alta e Beira Baixa ao edifício principal e Padrão Comemorativo das Descobertas; desde os edifícios do Alentejo, Caramulo, Beira Litoral e Beira Mar ao Jardim da Independência; desde a perspectiva da Praça Dr. Oliveira Salazar à Praça D. Afonso Henriques, tudo é graciosamente sugestivo e tudo

deixa as melhores impressões pelo grandioso e edificante exemplo que fortalecerá o ânimo das crianças.

Não fica aqui a iniciativa do Dr. Bissaia Barreto. A sua obra está a ser ampliada. As crianças precisam de identificar-se, também, com as terras portuguesas de além-mar, em ambiente cenográfico, é claro — que lhes sirva de lição prática. Por isso estão a ampliar o «Portugal dos Pequeninos» com a construção, ao lado, do «Portugal do Ultramar».

* * *

As crianças que vivem neste pequeno mundo de maravilha são recrutadas entre as mais saudáveis, mas as mais pobres crianças de Coimbra. A idade vai desde os primeiros meses até ao período escolar. Tratadas com carinho especial, recebem cuidada educação, e as crianças maiores são iniciadas nas primeiras letras. A assistência médica não lhes falta, como não lhes falta, igualmente, alimentação apropriada.

Quando há pouco visitámos, mais uma vez, a obra magnífica do Dr. Bissaia Barreto, as crianças saíam pelo portão principal — iam para casa — e, embora vendo-se-lhes estampado no rosto a alegria natural de quem encara a vida com optimismo, adivinhava-se, ao mesmo tempo, o quanto desejariam ficar ali para sempre. É que

as crianças vivem de dia com todo o conforto no «Portugal dos Pequeninos», e à noite regressam ao lar paterno...

D. Emilia de Oliveira é uma senhora portuense, solícita, dedicada, a quem está confiada a administração da obra. Com extraordinária actividade e dinâmica inteligência, tanto corre à porta para vender os bilhetes de entrada aos visitantes como vai tratar das crianças, ou aparece nos arruamentos da cidadezinha, a servir de amável cicerone.

* * *

Embora mal, está pintado, a pinceladas largas, o aspecto geral da cidade das crianças. Impressões gerais, mas que devem elucidar ao ponto de convencer as pessoas que se interessam por obras com originalidade e vulto a visitarem o «Portugal dos Pequeninos».

Já longe de Santa Clara, ao deixar Coimbra, ainda trazíamos a bailar à frente dos olhos e a reflectir-se-nos na alma o que admiráramos com enterneциamento, porque:

*«Nos grandes olhos das crianças vê-se
O infinito em flor desabrochar!
E rezar agora a minha prece.
— Falar de crianças é rezar».*

A morte... permanente

horror dos vivos

Leves pinceladas impressionistas sobre a morte; curiosos casos de catalepsia e a facilidade com que se sepultam pessoas... ainda com vida.

A Vida e a Morte são dois estados que, embora opostos, preocupam, sobremaneira, o homem culto ou inculto, rico ou pobre, feliz ou infeliz.

Se o homem é rico, vive preocupado por causa dos negócios que lhe põem em risco os capitais; por causa da saúde; por causa dos filhos; por causa, enfim, de múltiplos problemas. Se é pobre, está debaixo de tormento infernal que o obriga a esforços sobrehumanos, para manter no circo permanente da vida o equilíbrio de homem honesto, sofrendo privações com temperados ataques de revolta íntima, quando o seu esforço não é compreendido nem compensado.

Uns e outros, condenados pela Sociedade que castiga sem julgar, quando se vêem fisicamente depauperados, nervos gastos a caminho de fácil irritabilidade e o cérebro a fraquejar, a ceder, a cair violentamente para diversa modulação que se acentua tanto mais quanto maior fôr a indiferença pelas coisas terrenas, entram, por fim, resignados na fase mais trágica. Fazem balanço das suas boas e más accções e, procurando, por razão lógica dos factos, preparação

para entrarem no fim inevitável que se avizinha, principiam por pensar a sério na Morte que não perdoa e tudo destroi, a-fim-de que — como dizia o Padre António Vieira — as coisas sejam repostas no seu lugar: «O homem, em qualquer estado que esteja, é certo que foi pó e há-de tornar a ser pó. ¿ Foi pó e há-de tornar a ser pó? Porque tudo o que vive nesta vida não é o que é: é o que foi e o que há-de ser. Os vivos são pó levantado, os mortos são pó caído; os vivos são pó que anda, os mortos são pó que jaz...»

¿ De onde viemos, o que somos e para onde vamos? É esta uma trilogia filosófica a que não se responde facilmente. Apesar disso, o problema da Morte, tão transcendente, tão grave, mas mascarado pela cerrada e impenetrável cortina do mistério, é muitas vezes pôsto em equação, constituindo a prova prática, o maior medo, o maior terror para o ser humano que, embora por vezes reconheça a necessidade redentora de ver seus ombros aliviados do pesado fardo da Vida, não aceita como boa a máxima de Sócrates: «Um sono sem sonhos e bem profundo em tôdas as circunstâncias é preferível à Vida mais feliz...»

O homem que se agarra à vida com egoística ambição, pensa na Morte, medita, filosofa, mas aterroriza-se. Assiste à *partida* dos amigos e inimigos, conhecidos e desconhecidos, sem

querer acreditar e tomar para si os princípios que regem o Mundo, pela força oculta dimanada de Deus.

Schopenhauer dizia que nos consolássemos da Morte com a idea dos sofrimentos da Vida, e dos sofrimentos da Vida com a lembrança da Morte.

Segundo um trecho de A. Hoch, que merece a minha concordância, a morte mais suave é sem dúvida destinada àqueles a quem é dada a íntima convicção de que têm na sua frente apenas a passagem para uma vida melhor. Quem não tiver esta consolação religiosa há-de olhar com inveja os que morrem na fé de Deus.

Determinado filósofo, pondo em relação a Morte com a Pátria deshonrada e em perigo, afirma: «A sorte mais feliz que pode atribuir-se a um mortal é deixar a Vida no instante em que a Pátria espera o alvorecer dum novo sol». Mas, em minha opinião, a sorte mais feliz que um mortal pode ter em tais circunstâncias, é ver que Deus lhe prolonga a Vida para ser útil ao país que o viu nascer, trabalhando, com afinco e com alma, para a justa vingança da sua reabilitação nacional ou internacional. Depois, sim — com a Pátria reintegrada em toda a sua grandeza, já se pode morrer descansado...»

* * *

«Sabe por que tenho medo à Morte? — perguntou-se, um dia, o médico e artista brasileiro Dr. Virgílio Maurício. Tenho medo à Morte — afirmou — porque tenho visto morrer muitos que não morreram; tenho medo à Morte porque muitos são vítimas da certidão de óbito e do enterrro que lhe fazem. Compreendeu?»

Virgílio Maurício contou-me casos, citou exemplos, e desde aí — já lá vão oito anos! — tenho estudado a Morte sob todos os aspectos. Para lhes dar conta de resultados obtidos, obrigar-me-ia a deitar abaixo uma biblioteca inteira, para narrar casos, pondo o leitor em contacto com Georges Barbarin, A. Hoch, Sydenham, Júlia de Fontelle, Vézole, Willame Anter, Camilo e tantíssimos outros nomes ligados às ciências e às letras.

Num dos seus livros, Júlia de Fontenelle, que abusa, no entanto, da fantasia, diz-nos que pessoas falecidas voltaram novamente à vida. Roger Nort conta que os turcos, quando ouvem rumorejar uma sepultura, desenterram o cadáver, desfazendo-o, para ficarem cientes de que ele não voltará.

Camilo Castelo Branco, na brochura *Cenas da Hora Final*, publicada em 1878 como homenagem ao seu amigo José Andrade Gramacho, a quem morrera um filho, conta peripécias extra-

vagantes, dando crédito a umas e pondo outras em dúvida. Fala de François de Civile, capitão do tempo de Carlos IX, que juntava à sua assinatura a qualificação um tanto ou quanto hiperbólica de «três vezes morto, três vezes enterrado, e, pela graça de Deus, três vezes ressuscitado».

* * *

A maior tragédia para um corpo que vai a enterrar é estar ainda com vida. Admiram-se? Ah! Não se admirem!... Ora leiam um caso relatado em *O Comércio do Porto* de um de Março de 1940:

Pôrto Antigo (Cinfães) — *A Sr.a Maria da Silva, de 72 anos, do lugar de Fermentões, da freguesia de Tendais, dêste concelho, há tempos que estava doente e, nos últimos dias, o seu estado de fraqueza provocou-lhe uma síncope.*

Sua filha Judite e netas, julgando-a morta, fizeram grande gritaria, dizendo que sua mãe e avó tinha dado a alma ao Criador, pelo que em pouco tempo se encheu a casa de vizinhos que vinham oferecer os seus serviços às doridas.

Uma vez com os queixos amarrados com um lenço, como é costume, retiraram o cadáver da cama e colocaram-no em cima dumas tábuas. Em quanto isto se fazia, umas pessoas foram dar conhecimento do falecimento da septuagenária ao padre, para marcar a hora do enterrro,

e outras ao presidente da junta, etc. Passadas 5 ou 6 horas e depois de tudo pronto para o funeral que se realizaria hoje, as pessoas que velavam o cadáver viram que a velhota abria os olhos e fazia esforços para gritar, o que conseguiu a custo, visto ter os queixos amarrados.»

A notícia termina assim: *Quando se viu desamarrrada, gritou a plenos pulmões ; «tirem-me daqui» !*

E agora ouçam outro caso relatado no jornal católico *A Ordem*, de 16 de Março, também do mesmo ano :

Um homem muito doente, duma pequena aldeia da Macedónia, foi enviado ao Hospital desta cidade, onde morreu. Foi colocado num caixão e entregue a uma agência funerária a quem confiaram a transladação do cadáver para a sua aldeia Natal. Quando o carro fúnebre seguia pela péssima estrada que conduzia a essa aldeia, o morto foi maltratado devido aos inúmeros acidentes do terreno, pelo que se deu um imprevisto : o morto ressuscitou !

No meio do terror dos presentes, levantou-se do caixão e, em vez de se mostrar alegre por regressar à vida, começou a recalcitrar com êste singular regresso. Quando mais tarde a agência funerária apresentou a conta da transladação, o morto declarou não a pagar por a

não ter encomendado. Além disso, a agência transportou um vivo e não um morto, e o preço do transporte de um vivo é, incomparavelmente, mais reduzido. Assim, da trasladação dum morto resultou um processo judicial contra o vivo...

Como estes há mais casos, e, enquanto umas pessoas *ressuscitam* a tempo de adiarem o enterro, outras sucumbem por asfixia debaixo da terra, onde as sepultam em estado cataléptico. Se a ciência pode atribuir a simples efeito de corrupção e à força do gaz dimanado o aparecerem nas sepulturas corpos torcidos e de brucos, e como se justifica que durante o cortejo fúnebre o *morto* se levante do caixão e vá para casa por seu pé, ou apareça ao outro dia agarrado às portas da casa mortuária, onde ficou depositado, o cadáver que aguardava enterramento?

* * *

Numa pequena aldeia da Argentina, reapareceu, há anos, no seu serviço habitual, um homem que *morrera* dias antes e que dias antes fôra a enterrar. Tôda a gente atestava ter visto descer à cova o seu corpo enrijecido, frio, com o rosto pálido-esverdeado.

¡Se não é êle! — dizia o povo — é o diabo com as suas feições. Coisa mais parecida nunca

se viu. Abrenúncio... abrenúncio... abrenúncio!...

E, ao proferir estas palavras, o povo esperava, talvez, que por artes demoníacas o homem rebentasse. Mas não. Não era o demónio com aspecto de pessoa, mas sim o conhecido Marcel Domingues.

A notícia correu aos quatro cantos da aldeia, chegando também em condições alarmantes à cidade e aí ao conhecimento das autoridades, que se puseram em campo. Marcel Domingues foi preso por não dizer a sua proveniência para esta vida, depois de ter ingressado no número sagrado dos mortos. Do seu coval foi retirada a terra, e o caixão lá estava, de-facto, mas vazio a comprovar que o morto fugira antes que os parasitários habitantes do sub-solo sepulcral lhe entrassem nas roupas e lhe roessem as carnes expostas à podridão.

Levado para o cárcere e apertado num interrogatório severo, o pobre — ou melhor — o feliz Marcel, confessou: «Guardei silêncio sobre o meu regresso da outra para esta vida, porque o prometi a quem me salvou. Atacado pela catalepsia — continuou — morri para o mundo! Em minha casa houve gritos e lágrimas, desespêro convulso, saudades sem fim à saída do meu corpo em cortejo para o cemitério, e lá, os mais fracos de espírito, ainda me atiraram sobre o ataúde alguns punhados de terra em sentida

despedida e como precaução tradicional para que eu os não chamasse em breve.

Depois — prosseguiu Marcel Domingues — lá fiquei o resto daquela tarde de verão, com o sol côr de ouro, escaldante, sem poder apreciar as delícias da natureza e sem poder ver o meter do sol por detrás das serranias gigantescas da minha aldeia.

As pessoas que me acompanharam retiraram para casa e eu lá fiquei entre as tábuas ordinárias, baratas, do meu caixão de pinho, até que fui despertado durante a noite, por ladrões de cadáveres...

A ser verdade o que alguns autores dizem, os catalépticos perdem a flexibilidade dos nervos, ficando hirtos e quase gelados; não vêem nem podem anunciar com palavras nem com gestos a sua situação de vivos; a respiração é imperceptível e o ar contido no caixão chega-lhes — pretendem afirmar outros — para alimentarem os pulmões de-baixo da terra, durante um período não superior a vinte e quatro horas.

E, se fôr também verdade os catalépticos possuírem as faculdades de ouvir e raciocinar, é fácil calcular a tragédia que lhes dominará o cérebro ao ouvirem chorar as pessoas que lhes são queridas, ao aperceberem-se que estão em câmara ardente, ao compreenderem que os levam a caminho do cemitério, ao ouvirem as palavras sacerdotais durante o responso e ao serem se-

pultados. ¡Como isto deve ser dolorosamente trágico!...

É por isso que determinadas pessoas, temendo enganos e querendo livrar-se de irem para a sombra dos ciprestes ainda com vida, deixam nas condições testamentárias uma cláusula, pela qual os sobreviventes ficam na obrigação de lhes mandarem cortar as carótidas, antes do enterro-mento!...

A «T. S. F.», companheira dos povos
nas horas de dor e de alegria

**Como nasceram a telegrafia
e a telefonia — Os defeitos
e as virtudes da rádio, be-
nemérita da humanidade —
Como trabalham os postos
locais e algumas considera-
ções transcendentas e opor-
tunas.**

T

ODOS os dias, a tôdas as horas e em todos os locais, quer seja domingo ou dia de fazer e mesmo quando procuro descanso amovível e me prendo em conjecturas de transcendente importância para a minha vida espiritual — ¡porque eu, acreditem, abomino profundamente os princípios viciados de exclusivo materialismo! — os meus ouvidos, quais periscópios auditivos, sentem feri-los sons musicais de bom ou mau gôsto, ou palestras muitas vezes desagradáveis, aborrecidas, mortificadoras, que me fazem cair em sonolência de hemicrânia ou irritam, fazendo-me aflorar à cara o mínio, originário de congestionante estado de alma...

As hertzianas que os aparelhos receptores da rádio-telefonia vomitam ininterruptamente amplificadas, são a perseguição mais atroz do homem. Um vizinho do lado injecta-me, com agudeza, um tango triste, quando o meu espírito necessita ser embalado de optimismo, e outro obriga-me a ouvir um fado, última criação de celebrizado cantador, quando a minha alma deseja adormecer na sonolência poética de uma clássica serenata de Schubert ou de Toselli. A «rádio», como lhe chama o povo, faz parte inte-

grante da vida das populações que, viciadas, absorvidas por incompreensível insatisfação — ¡há de tudo, graças a Deus! — passam o dia a desandar o botão que movimenta o ponteiro do quadrante, procurando contacto simultaneamente com estações do Norte e Sul, Este e Oeste, do país e do estrangeiro, transpondo fronteiras que a ciência da fonologia não previu e não criou.

É a praga mais enfadonha do século XX, dizem alguns; mas para outros a «rádio» é invento admirável, que Marconi soube aperfeiçoar e industrializar.

Em quanto teria sido aumentado o sofrimento da humanidade, se não estivesse desenvolvida a telefonia? Um posto de T. S. F. é, em muitos casos, o salvador de centenas de milhares de vidas. Duvidam? Calculem o que seria dos tripulantes e passageiros de um vapor abalroado, incendiado, partido ao meio, perdido por qualquer acidente trágico, se não tivessem a facilidade de lançar ao éter — êsse fluido subtilíssimo que ocupa o espaço em que se movem os corpos celestes — a tríade universalmente conhecida: «S. O. S.»! ¡Imaginem o que aconteceria a um avião perdido entre nuvens traiçoeiras, se o rádio-telegrafista não tivesse razão de existir!

A contrabalançar com coisas más, a telefonia tem coisas boas, merecendo inscrição especial na História das Ciências, pelo bem que tem

causado à humanidade, salvando valores e salvando vidas.

* * *

A descoberta de Faraday sobre a indução (1831) deu a ideia duma transmissão de sinais sem fio. A teoria electro-magnética de Maxwell fazia prever pelo cálculo a existência de ondas electro-magnéticas, análogas às ondas luminosas. Hertz descobriu-as experimentalmente em 1888. Para isso adoptou um condensador de muito fraca capacidade e que tinha por armaduras duas esferas a uma certa distância uma da outra, e reúnidas por um condutor de comprimento regulável de bornes ligados ao secundário duma bobine de Rumkhorf. A bobine descarregava-se no condensador em intervalos da ordem de milésimos de segundo. Uma faísca salta e o condensador descarregava-se. Esta descarga oscilante não é senão uma corrente eléctrica mudando de sentido um grande número de vezes por segundo. Daqui resulta que os campos eléctrico e magnético criados por ela mudam de sentido o mesmo número de vezes e simultâneamente: o excitador de Hertz é gerador de ondas electro-magnéticas e estava descoberto.

Tratava-se agora de explorar o espaço modificado por estas oscilações. O próprio Hertz imaginou um ressoador análogo aos empregados em acústica.

Mas foi Branly que em 1890 teve a glória de imaginar um rádio-detector, aproveitando a propriedade da variação da condutibilidade da limalha de ferro pela passagem de ondas electro-magnéticas.

É o famoso *rádio-coesor* de Branly, que depois foi aperfeiçoado por Popoff e depois Marconi, tornando-o potente para accionar um aparelho Morse (1874). Marconi teve a idea de colocar sobre os excitadores que produziam as oscilações um longo fio vertical — a *antena* — comunicando com uma das esferas, sendo a outra ligada à Terra. Um segundo fio semelhante recebia a onda e levava-a ao coesor. E em 1898 Marconi tentou transmitir sinais a 50 quilómetros de distância. Mais tarde o mesmo Marconi conseguiu distâncias de 300 quilómetros.

A rádio-telefonia surgiu, porém, mais tarde, quando a invenção das lâmpadas termo-iônicas revolucionou a T. S. F., tornando possíveis a modulação, a recepção, a amplificação e a produção de ondas de igual amplitude de todo o comprimento de onda.

Foi em 1907, que Lee de Forest inventou os *audiões*, cujo uso se generalizou em 1914.

A rádio-difusão está espalhada em todo o mundo civilizado. As emissões de concertos, discursos, cantos, etc., são efectuadas por postos potentes, e os receptores actuais, cada vez mais simples exteriormente e complexos de monta-

gem interior, são de grande selectividade e sensibilidade.

Os emissores locais fazem parte integrante da vida dos habitantes do Pôrto e da província, onde chegam as suas ondas electro-magnéticas. São milhares de aparelhos a funcionar, diariamente, e, quem ouve em casa, sossegado, ainda na cama, à hora do almôço, à tarde, ao jantar ou durante a noite, as emissões locais, não calcula como tudo aquilo gira, como toda aquela gente trabalha; as canseiras, as dificuldades, o sacrifício quase evangélico de alguns, que vos entretêm falando do microfone para o amplificador do vosso aparelho, pondo e tirando discos, satisfazendo pedidos...

Vi o sacrifício dos locutores dos postos locais durante visita que fiz recentemente. E o leitor, se quiser, acompanhe-me agora numa digressão. Vou sair. Desço já pelo pavimento inclinado que me conduz à baixa. Cuidado ao atravessar aquela rua: os senhores automobilistas descuidam-se, a ouvir a rádio-telefonia! Venha sempre. Deixe passar aquêle homem gordo que se aproxima. Um encontrão é sempre coisa desagradável. Mais uns segundos. Centena e meia de passos percorridos, e eis-nos dentro de um emissor. ¿ Como se chama o pôsto? ¿ Como é o nome dêle? Isso não interessa. Não seja curioso. Aqui é a sala de ensaios; ali é o estúdio. Entre estas quatro pare-

des há um mundo de coisas. A discoteca catalogada como os livros nas bibliotecas; aparelhagem com mil e um fios cruzados; alavancas; — um mundo de coisas complicadas para os leigos.

O motor do prato gira-discos está em movimento. Sobre élê foi pousado, com agulha nova, o *pick-up*. Foi escolhido o programa. Está tudo a postos. O locutor vai falar.

«Daqui, C. S. 2 X, etc. e tal. E, alternando, quer a falar quer a pôr discos, o locutor, sem compensação, prejudicando a sua vida, mantém o posto a funcionar, enquanto os radiófilos se recreiam a seu belo prazer, massacrando os tímpanos dos vizinhos ou de quem passa na rua, tornando-os auditores forçados.

* * *

Durante as emissões, os telefones dos postos não param de tocar. É um nunca acabar de chamadas. Os mais apaixonados pedem para lhes ser dedicado «O meu barquinho», «Vida da minha vida», «Trindades», «Amores de Estudante», «Ele e aquela» — ; eu sei lá o quê! — dos seus cantores ou cantadores predilectos. Manuel Monteiro, dr. Diamantino Pombo, Joaquim Pimentel, Berta Cardoso e Hermínia Silva, são os «ídolos», são os preferidos, são os nomes mais discutidos pelos apreciadores das emissões populares. Há dias — contou-me um locutor-can-

tor — o telefonista atendeu uma chamada. «Está lá? Está lá?» Era voz feminina a requerer música clássica. Gosto de boa música — afirmou — por isso... se os srs. quisessem... eu não me importaria que emitissem... agora... por exemplo... a «Lenda do Beijo». Não temos êsse disco — respondeu-lhe o telefonista — mas, se desejar outro...

— Então... faz o favor... toca a «Minha casinha», de Berta Cardoso. É que eu gosto — repetiu convicta — é que eu gosto muito de boa música clássica!

Antes do actual conflito europeu, os postos particulares serviam-se dos seus meios técnicos. Agora, para dificultar a espionagem, o Governo decretou a *centralização*, obrigando, portanto, que tôdas as emissões sejam rádio-difundidas por intermédio de um dêles, com os quais estão ligados por linhas telefónicas privativas. Só o pôsto centralizador rádio-difunde directamente, produzindo ondas electro-magnéticas. Com êste sistema, os postos que estão, automàticamente, na dependência de outro, possuïdor, talvez, de material inferior, perdem a iniciativa que os levaria a melhorar as suas instalações.

Tudo o que os postos emissores locais transmitirem — palestra ou música — além da sanção dos Serviços Rádio-Eléctricos precisa do visto do fiscal do Governo. O lugar de fiscal do Governo foi criado por causa da situação

internacional. A espionagem é arma perigosa, que merece combate cerrado. Mas o trabalho do sr. visconde de Guilhomil vai aumentando consideravelmente, porque em tudo tem interferência a sua acção. Não só a política ou espionagem o preocupa; vão mais longe os seus cuidados. Os títulos das músicas, as letras das canções e outras coisas são por si atentamente comentados... e censurados.

Os cegos — homens que vêem com os
olhos do espírito

**O íntimo do cego — Por que
há mais cegos do sexo mas-
culino? — O optimismo dos
homens e o pessimismo das
mulheres — Alguns casos
curiosos e um cego que vai
ao cinema.**

Os cegos que encontramos a tatear pelas ruas, vagarosos uns, mais apressados outros, encerram dentro de si mistério quase velado à sondagem das poucas pessoas que, embora estudiosas e com preocupações de pesquisa, se perdem na confusão tumultuosa, gruhenta, animadora, das cidades. Ao passar um cego, há quem se afaste para desimpedir-lhe o caminho, há quem o guie no atravessar sempre perigoso duma rua, mas há também — ; pobres mortais de reduzida mentalidade! — quem contorça as faces num riso alvar, ou gargalhe com estrondo, apreciando, em gôzo de malvadez, o embaraço ou a colisão do padecente que não vê!

Quanto daria um cego para recuperar o sentido visual?

Não tem preço o brilho das pupilas que nos deixam ver: a côr; a beleza paisagista; a imponência das cidades; a grandiosidade corográfica de uma pátria; o traquinar das vagas; o cenário deslumbrante das nuvens em determinados dias de verão; o brilho estrelário do céu quando os reflexos da Lua dão colorido especial à Terra; os contornos das obras de Arte e o encanto dos nossos filhos!... E o que nasceu cego, conci-

liado com a sua desdita — talvez a maior que pode atormentar o ser humano — vive optimista, sem revoltas íntimas, sem protestos e sem culpar o Criador por o ter desigualado dos seus irmãos sãos e escorreitos. Os cegos têm fé.

Os cegos — homens que vêm com os olhos do espírito — merecem ser bem tratados, protegidos, acarinhados, porque, em grande parte dos casos, a sua Alma é dotada da mais pura sensibilidade, do mais apreciável sentimento e das melhores qualidades de carácter...

* * *

Como Louis Braille e Dr. António Feliciano de Castilho, outros cegos perpetuaram os seus nomes na história das Artes e das Letras. Com preocupações intelectuais e desejos justos, humanos, de triunfo, vencem dificuldades e destacam-se na vida. Para isso há em todo o mundo civilizado e culto instituições que os educam e lhes cultivam a inteligência, evitando que vegetem, humilhados pela esmola, depositada, caritativamente, nas suas mãos. O trabalho rehabilita, e, preparados nesses estabelecimentos de valor incalculável, os cegos procuram sustentar-se à custa de aplicada actividade, produzindo alguma coisa de apreciável.

No Pôrto, o Instituto de Cegos é a «fábrica» onde se modelam e iluminam inteligências nas-

cidas na escuridão. E o jornalista, que apesar de tudo esbarra freqüentes vezes com barreiras intransponíveis, mesmo quando pretende ser útil à humanidade sofredora, não venceu as dificuldades interpostas para visita ao admirável e benemérito estabelecimento!

— ¿ Como se ensinam e como aprendem os invisuais?

Não o posso dizer, pelo motivo apontado. Mas o íntimo do cego, deixo-o transparecer aqui em imperfeitas pinceladas. Percorri as ruas, entrei nos cafés, visitei casas particulares; conversei, inquiri, discuti, e o estudo psicológico fêz-se, embora incompleto.

* * *

São mais numerosos os cegos do sexo masculino — é inegável — mas torna-se desnecessário ser patologista para dar aceitável explicação. Porquê? Porque o rapaz ou o homem, mais descuidado consigo, mais exposto por deveres profissionais, adquire doenças, constipações, sofre desastres que originam a cegueira, enquanto a rapariga ou a mulher, mais comedida nas brincadeiras, mais cautelosa, mais resguardada, está conseqüentemente mais a coberto. A cegueira por nascimento, por cansaço ou por complicações naturais — afirmou um médico distinto — é, a bem dizer, em número aproximadamente igual,

*

tanto num como noutro sexo. A sensibilidade do homem é vincadamente diferente da da mulher. O homem é optimista, deseja trabalhar e com facilidade consegue casamento. A mulher não: é mais pessimista, mais flexível de nervos, não tem vontade própria, despreza o trabalho e dificilmente arranja noivo. Talvez pela última razão exposta, deixa-se dominar por doentio romantismo, entregando-se — como acontece à maioria das internadas no Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, de Lisboa — à leitura de caterizados trabalhos literários traduzidos no sistema Braille. Depois de cultivado o espírito, escrevem, para visuais e invisuais, contos ou novelas, retratando a sua máguia, a sua desdita, a sua revolta íntima, com enredos burilados... ao redor do amor...

* * *

Cheguei há pouco do cinema! — afirmou um cego — o Valentim.

— ¿ Do cinema... você... um homem... cego?...

— ¡É natural! Ouço a música; o barulho sonorizado dá-me nítida compreensão do ambiente, do movimento; traduzo uma ou outra palavra; o meu filho lê e diz-me ao ouvido as legendas... e pronto: é como se visse. Adivinho as imagens e no final discuto o filme e

emito opinião crítica. «E se fôr teatro?»; Isso então é que gosto de «ver»! Revista, não — não tem pés nem cabeça, afirmou — mas ópera, comédia ou drama...

Outro cego (não me recordo do nome) atestou, satisfeito: «Vou para onde quero tão bem como o senhor. Em cada rua, cada casa, cada espécie de comércio ou de indústria, há ruído diferente. Os ouvidos são os olhos que o tato completa. Qualquer pormenor, diferença de pavimentação, inclinação, largura de passeio; sei lá o quê! serve-nos de referência.

— Não tem desgôsto? — arrisquei sem olhar a susceptibilidades. E êle, com um sorriso natural, imperturbável, esclareceu: «Tenho, mas não penso em coisas tristes. Não devo tomar em conta o mal que não tem cura. Se meditasse no perigo constante de cair ou ser esmagado por um carro, nunca saíria de casa nem daria um passo, compreendeu?

Há mais casos, mais opiniões. «Mas para que citar tudo?

As impressões dos que cegaram depois de grandes, não interessam. Os que não vêem mas já viram, são, no geral, inconformados: desesperam-se, protestam choram... Um dêstes desabafou: «Quando eu via, não receava o mais valentão. Agora, pobre de mim, até uma criança me dará muito que fazer...»

* * *

Nos estabelecimentos de ensino, no nosso país, os cegos aprendem a fazer vassouras, a empalhar cadeiras, a fazer pincéis, a ler, a escrever, e a tocar música, mas, no fim de contas, só a música é encarada como profissão. Para estar apto a tocar em qualquer parte, o cego tem de decorar tôdas as músicas, cansando facilmente o cérebro, a caminho da decadência. ¿ Por que se não segue aqui o exemplo do estrangeiro? Bacharelá-los em direito, como faz o Instituto Nacional de Jovens Cegos, de Paris, é muito complicado para nós, mas estabelecer-se-lhes melhor protecção, facultando-lhes o ingresso noutras profissões, parece coisa simples.

No Japão e na Rússia estudam anatomia e tiram o curso de massagistas, e na França e na Inglaterra especializam-se em telefonistas, tendo preferência para preencherem vagas nos postos de «P. B. X.».

Antes de pôr ponto final, é justo prestar homenagem à memória de José Cândido Branco Rodrigues, benemérito fundador dos nossos dois primeiros institutos para cegos. Um pequeno monumento ou busto, colocado num jardim de Lisboa ou Pôrto, agradaria por certo, a todos os cegos de Portugal. É uma dívida de gratidão.

MIGUEL ÂNGELO

**O grande músico português
do século XIX, que ascen-
deu de «menino do côro» a
artista ilustre.**

PARA uma reportagem retrospectiva, acabamos de falar, espiritualmente, com él, com Miguel Ângelo, êsse músico notável — dos maiores do século XIX — que tanto honrou e prestigiou Portugal com a sua admirável arte de combinar os sons. Representado por livros que falam de si e por cópias de músicas que o seu génio criador compôs, tivemo-lo em contacto connosco, depois de o arrancarmos das prateleiras poeirentas de estante desarrumada. Através de papel impresso e manuscritos que o tempo amarelece e a traça roe, revimos, uma vez mais, em imaginação, a vida de Miguel Ângelo desde criança; detivemo-nos, fantasiosamente, a ouvir missa por si ajudada no templo da Lapa; acompanhámo-lo no barco frágil como casca de noz, que o conduziu a terras de Santa Cruz; compartilhámos dos seus rápidos triunfos; vimo-lo na corte de D. Pedro II com todo o Brasil ajoelhado a seus pés e revoltámo-nos ao assistirmos às perseguições de que foi vítima e ao verificarmos a queda vertiginosa, numa decadência não artística mas material; arrepiámo-nos com a loucura que acabou por perdê-lo; contribuímos — tudo em simples visão espiritual, bem entendido — para a

subscrição a seu favor; assistimos à sua agonia e, por fim, acompanhámo-lo à última morada — campa rasa, modesta, no cemitério de Agramonte — onde poucos o levaram e deixaram com sincera e profunda saúdade.

Impressiona a inconstância do povo que tanto adula como insulta; tanto eleva como faz cair uma personalidade; tanto concorre para a grandeza de alguém como lhe cava abismo fundo para a derrocada, para a ruína, para a miséria, para a morte. E Miguel Ângelo, em vida, conheceu a bondade e a maldade, a riqueza e a pobreza; foi feliz e infeliz; aplaudido e pateado; ídolo e indesejável — para acabar seus dias dominado por alucinações de louco e morrer abandonado e à fome. Triste destino o seu, destino que ele procurou com esforço próprio encaminhar para o bem mas que outros — invejosos e maus — conseguiram torcer e modificar, tornando-se, por isso, embora apenas moralmente, criminosos responsáveis pelo ocaso da magistral figura portuguesa que merecia e podia ter-se extinguido fisicamente, sem que a projeção do seu real valor, do seu temperamento, da sua arte e do seu espírito criador, deixasse de estar fixado na plenitude resplandecente de eterno zénite...

* * *

Miguel Ângelo nasceu em 27 de Janeiro de

1843, numa casa agora vèlhinha da antiga rua de Baixo, em Barcelinhos, a poucos passos da antiga e histórica capela de Nossa Senhora da Ponte. E das janelas da casa, ao mesmo tempo que se podem contemplar as ruínas do palácio dos Duques de Bragança transformadas recentemente em museu arqueológico, vê-se a estrada líquida do Cávado a deslisar sob a ponte e ouvem-se queixunies da água, transformados em poética e indecifrável cantilena que agrada aos trabalhadores das letras e da música. Não gozou Miguel Ângelo, nos seus primeiros anos, o encanto da païsagem linda da sua linda terra. Mas, quando homem feito, sempre que podia, viajava até Barcelos, sentava-se à porta da farmácia do Plácido Lamela e desabafava: «esta minha terra é muito interessante!»

Era tão grande o amor que o ligava ao recanto natal de D. António Barroso, que uma vez levou uma sua nora até junto da casa onde o músico viu pela primeira vez a luz do dia, bateu à porta (morava lá, nessa ocasião, Domingos Carreira) e pediu para deixarem nascer no mesmo prédio o seu neto, filho de Artur e de D. Adelina Ângelo.

A-pesar-do nome de Miguel Ângelo ter atravessado fronteiras e se ter firmado no estrangeiro, foi lançado pelos seus compatriotas na vala comum do esquecimento. Faz-se, agora, um movimento de reabilitação; Barcelos parece

querer prestar justiça aos filhos mais queridos que a honraram, planeando erguer um monumento colectivo aos «seus» intelectuais. Nas pedras desse monumento não deixará de ser gravado o nome de Miguel Ângelo, que junto dos de frei Pedro de Poiares, frei Francisco de Barcelos, D. António Barroso, rev. António Fernando Pires de Vilas Boas, visconde de Oliveira, Alfredo Carvalhais, Jaime Séguier e António da Cunha, completa o bloco de personalidades que o futuro não deve ignorar.

* * *

Miguel Ângelo fez-se à custa de sacrifícios incalculáveis. Nasceu pobre. Seu pai — Bento de Araújo Pereira de Monforte — por dificuldades financeiras (dizem uns biógrafos) ou por questões políticas (afirmam outros), embarcou para o Brasil.

Miguel e sua mãe lutavam com a fome, e ele, criança, frágil de corpo mas vigoroso de espírito «enfitou a mãe dolorosa, bebeu-lhe as lágrimas num beijo e saiu de casa à conquista do pão».

O académico Joaquim Leitão, que sobre o compositor insigne fêz, em 1916, uma interessante conferência, descreve assim a primeira tentativa de Miguel Ângelo para ganhar a vida: «Era manhãzinha. Um ministro de Deus

entrava na Real Capela da Lapa para rezar missa. Na indecisão do nevoeiro, à meia luz rôxa do dia nascente, o sacerdote entrevê um novelinho de inocência, anjo que houvesse caído de uma tela de primitivos, nos santificados degraus de um templo cristão. Era aquêle chefe de família de sete anos, que dados poucos passos sem rumo, no bairro da Lapa, demorava nos escadórios de granito, que ascendia à casa do Senhor e se ficara a armar a tristeza dos que não sabem o que há-de ser dêles.

Contada a decisão de agenciar por suas mãos o pão nosso de cada dia e interrogado sobre o que sabia fazer, respondeu:

— Sei cantochão e ajudar à missa.

E de acolitar o sacrificante, Miguel voltou para casa com as primeiras flores do seu talento que no regaço materno se transformaram em pão.»

Segundo o citado académico, uma vaga de *menino do côro* assegurava-lhe o pão e, por direito, a freqüência graciosa do Liceu da Lapa, vindo a letrar-se nos bancos da mesma escola por onde passaram Ramalho e Ricardo Jorge.

Mais tarde o pai de Miguel chamou-o para a sua companhia. Continuou a podar-lhe o talento e, pouco tempo depois, os salões e teatros do Rio de Janeiro que glorificaram Artur Napoleão e entreteceram a primeira corôa de louros

ao maestro Sá Noronha, aplaudiam mais um pianista português.

D. Pedro II, o rei filósofo, culto como um sábio e bom como um santo, nomeou Miguel Ângelo, ainda com 14 anos, organista da Capela Imperial.

* * *

Triunfou no Brasil, mas com saudades da Pátria regressou a Portugal em 1864 — tinha então 21 anos e já tentara a pena de Guilherme Braga a incensá-lo. Aqui leccionou piano. Fazia-se pagar por caro preço, mas mesmo assim era disputado. Relacionou-se com todo o Pôrto e acamaradou com os grandes das artes, das letras e da política: Herculano, João de Deus, Tomaz Ribeiro, Guilherme Braga, Sá Noronha, Ciríaco Cardoso, José Cândido, António Arroyo, Moreira de Sá, Soares de Passos, etc.

Escreveu *Eurico*, ópera que tanto deu que falar em Portugal e no Brasil. Os seus inimigos — aqueles a quem Miguel Ângelo tratava com irreverência — começaram a tecer a intriga e a combatê-lo na sombra. É que o professor e compositor de tantas e valiosas partituras tinha talento, mas era vaidoso e mau (pelo menos assim se depreende por documento da época).

Os anos foram passando, e a luta que os invejosos travaram contra Miguel Ângelo levou-o à loucura. Noticiando o triste facto, os diários

desta cidade publicaram em 29 de Janeiro de 1901 :

Desde algum tempo, no infortunado compositor havia rebates de loucura que afinal se apossou de todo dêsse espírito tão grande de talento e tão deplorável de desgraça. Ao horror de um mal que inutiliza um cérebro excepcional de músico, ajunta-se em formidável companhia uma situação de completa penúria, não tendo o desditoso maestro não só os meios de tratamento mas ainda os recursos de subsistência dêle e de sua mulher. Para acudir a esta miséria, efectuou-se, domingo, no armazem de músicas de Moreira de Sá, uma reunião promovida pelo insigne pianista Artur Ferreira. Assistiram numerosos professores de música e outros enviaram cartas aderindo ao que se deliberasse. Ficou decidido organizar para depois do carnaval um grande concerto no Teatro Príncipe Real. Mas como urge ocorrer já à sustentação dos dois, um grupo de alunos de Miguel Ângelo promoveu duas subscrições, uma mensal só para discípulos do maestro e outra pública, por uma só vez.

De pouco serviu o auxílio que pretendiam prestar-lhe porque, passados quatro dias, era assim conhecido o desenlace:

Sucumbiu ontem na casa de saúde onde há dias fôra recolhido, não ao peso dos anos mas talvez ao da adversidade que lhe amargurou do mais travoso fel o último periodo da vida, o ilustre compositor de música Miguel Ângelo. Teve uma longa vida de trabalho e de luta, e nem sempre logrou ver coroados de bom êxito os esforços que fez para honrar o seu nome. Compôs o Eurico, a sua ópera querida. Mas duas outras óperas num acto, que se lhe seguiram, essas ficaram inéditas, como o ficaram também, ou pouco menos, muitas peças de câmara que escreveu. Nos últimos anos a luta pela vida assumiu para o pobre maestro aspectos de verdadeira ferocidade. Sentindo fugir-lhe o público, essa caprichosa e crudelíssima criança de sempre, êle lutou desesperadamente, raivosamente, até que o seu espírito, exausto, mergulhou na pavorosa arena da demência. Ainda há dois anos fizera uma viagem ao Brasil, onde estivera já com muito melhor fortuna, partindo talvez desta última tournée os primeiros rebates da loucura que o sucumbiu. Repousa, afinal, o ilustre artista.

E chega-lhe a hora de consagração, a hora de justiça! O funeral é hoje no templo do Carmo.

E chega-lhe a hora de consagração, a hora de justiça! — diziam os jornais logo após a sua

morte. Passaram já 41 anos e a consagração ainda não foi feita. É tempo, portanto, para Barcelos se reabilitar ⁽¹⁾, pagando essa dívida de gratidão.

* * *

A personalidade de Miguel Ângelo está traçada. Descrever toda a sua obra é desnecessário. O artista foi grande, e maior ainda quando para a consagração a Camões, em 1880, no Palácio de Cristal, musicou o libreto de Bernardo Braga:

.....

*A Pátria redivive,
Bem diz tua memória,
Em ti existe a história
Do nobre Portugal.
Não cai teu povo augusto
Na luta mais renhida,
Em ti tem êle a vida !
Cantor: és imortal !*

⁽¹⁾ Quando o A. publicou esta crónica em *O Comércio do Porto*, o Orfeão Lusitano ofereceu à Câmara Municipal de Barcelos a colaboração do corpo coral para um ou mais espectáculos de homenagem a M. A. No entanto, o município barcelense seguindo velha tradição que justifica o atraso da encantadora terra, nem sequer respondeu ao ofício, como mandam as mais rudimentares regras de boa educação. E já lá vão sete meses !

ÍNDICE

	Págs.
Uma noite no mar à pesca da sardinha	9
Uma noite com varredores da rua	25
Uma noite nos Albergues Nocturnos	35
O jôgo a dinheiro, vício que alastrá e perverte .	47
Um dia pelas casas prestamistas	61
Pescadeiras	71
O primeiro pôsto de socorros a naufragos, em Portugal, foi instalado na Foz do Douro há 112 anos	83
À conquista do espaço	93
Em quanto uns dormem... outros velam	103
No reino de Dahomé, de hábitos e costumes excêntricos, faziam-se festas suplicando escravos	113
As festas do S. João vivem na alma do povo . .	121
Uma noite pela Sé e pelo Barredo.	131
O «Portugal dos Pequeninos» em Coimbra . . .	143
A morte... permanente horror dos vivos	153
A «T. S. F.», companheira dos povos nas horas de dôr e de alegria	165
Os cegos — homens que vêem com os olhos do espírito	175
Miguel Ângelo	183

Editora Educação Nacional, L.^{da}

Rua do Almada, 125 — Pôrto

- Estudos de Lingüística — Generalidades — Fonologia — Morfologia — Sintaxe — Semântica**, por Xavier Fernandes. Broch. 15\$00
- Topónimos e Gentílicos**. Um extenso e bom documentado livro, com cerca de 400 páginas, pelo mesmo autor. Broch. 25\$00 — Enc. 27\$50
- A mulher na Família — A Filha — A Espôsa — A Mãe**, pela Baronesa Staff. Tradução de Augusto Moreno. Obra primorosa e recomendável para leitura de meninas e senhoras. Broch. 10\$00 — Enc. 16\$00
- Cartas a Luíza**, por Maria Amália Vaz de Carvalho. Brochado 10\$00
- Como diagnosticar as aptidões escolares**, por Claparède. Tradução de António Leal, prefácio de Áurea Judite Amaral. Brochado 10\$00
- Mulheres e Crianças**, por Maria Amália Vaz de Carvalho. Broch. 10\$00 — Enc. 16\$00
- Para ser um homem**, por Bourceau. Tradução e adaptação do Dr. Mário Gonçalves Viana. 2^a edição. Broch. 10\$00 — Enc. 16\$00
- Sempre a Direito — O segredo da vida escotista**, por Leopoldo Derbaix. Broch. 12\$00 — Enc. 18\$00
- Contos e Lendas Mitológicos**, por Émile Genest. Prefácio de George Payelle. Tradução portuguesa. Brochado 10\$00
- I — História de Portugal, desde 1820 até Agostinho**. Brochado
- Luiz de Camões**, por Aubrey Bell. Tradução Dória, revista pelo autor. Brochado

biblioteca
municipal
barcelos



5743